
Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob

***Demonstrações contábeis consolidadas em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob ("Instituição") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos



Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob

chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 30 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luiz Antonio Fossa
Contador CRC 1SP196161/O-8

The image shows a modern building with a glass facade and a prominent 'SICOOB' logo on the upper right. The building is surrounded by tropical landscaping, including palm trees and a central garden area. The overall scene is dimly lit, suggesting dusk or dawn.

SICOOB

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS EM IFRS

Banco Cooperativo do Brasil S.A - Bancoob

| 31 de Dezembro de 2018

 **BANCOOB**



Índice

Relatório da Administração.....	5
Balanço patrimonial consolidado em IFRS	10
Demonstração consolidada do resultado e do resultado abrangente em IFRS.....	12
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido em IFRS	13
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa em IFRS	14
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS	15
Nota 1 - Contexto operacional	15
Nota 2 - Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas em IFRS.....	15
Nota 3 - Estimativas contábeis críticas e julgamentos.....	18
Nota 4 - Resumo das principais práticas contábeis.....	19
Nota 5 - Receitas líquidas com juros.....	31
Nota 6 - Receitas líquidas de tarifas e comissões.....	31
Nota 7 - Outras receitas e outras despesas operacionais	32
Nota 8 - Despesas com pessoal	32
Nota 9 - Outras despesas administrativas.....	32
Nota 10 - Composição do caixa e equivalentes de caixa	33
Nota 11 - Ativos financeiros ao custo amortizado.....	33
Nota 12 - Provisões para perdas esperadas de crédito em ativos financeiros.....	38
Nota 13 - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR).....	39
Nota 14 - Outros ativos.....	40
Nota 15 - Créditos tributários, imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido.....	40
Nota 16 - Investimentos.....	42
Nota 17 - Imobilizado.....	42
Nota 18 - Intangível.....	42
Nota 19 - Passivos financeiros ao custo amortizado	43
Nota 20 - Outros passivos.....	44
Nota 21 - Garantias financeiras prestadas	45
Nota 22 - Passivos, contingências e obrigações legais.....	45
Nota 23 - Patrimônio líquido	46
Nota 24 - Transações com partes relacionadas.....	48
Nota 25 - Outras informações.....	49
Nota 26 - Eventos subsequentes.....	49
Nota 27 - Gerenciamento de riscos financeiros	49
Nota 28 - Continuidade de negócios, PLD/FT e gerenciamento de capital.....	56
Relatório do comitê de auditoria	58
Parecer do conselho fiscal	60
Composição dos órgãos de administração.....	61

Cenário Macroeconômico

O panorama macroeconômico em 2018 mostrou-se satisfatório, embora em ritmo inferior ao esperado no início do ano. A inflação seguiu baixa, a taxa de juros nos mínimos históricos, houve recuperação moderada do crédito, as contas externas permaneceram sólidas, a taxa de desemprego apresentou redução modesta e os índices de confiança melhoraram, principalmente após o desfecho do processo eleitoral. Foi um ano em que houve retomada da atividade econômica, ainda que o episódio da greve dos caminhoneiros tenha ocasionado impactos expressivos sobre diversos setores da atividade. A situação fiscal, ainda preocupante, requer o equacionamento dos elevados déficits previdenciários para sua reversão.

Até o terceiro trimestre de 2018 o PIB acumulou alta de 1,3%, impulsionado pelo setor agropecuário – que apresentou crescimento de 2,5% – e seguido pelo consumo das famílias – 1,4% no 3º trimestre –, demonstrando a tímida recuperação econômica, principalmente reprimida pela greve dos caminhoneiros e pelas incertezas políticas apresentadas no decorrer do ano eleitoral.

Um dos sinais dessa retomada foi observado no crédito livre, onde as concessões de novos empréstimos (recursos livres) às pessoas físicas (PF) e pessoas jurídicas (PJ) exibiram respectivamente, variações em 6,7% e 12,0% em termos reais, no acumulado entre janeiro e novembro em comparação com o mesmo período de 2017. Ou seja, a volta do crédito não esteve mais concentrada apenas nas operações para PF, mas alcançou também as empresas. Neste quadro menos desfavorável as taxas de inadimplência continuaram em queda, tendo alcançado em novembro 3,0% e 4,8% nas operações com recursos livres para PJ e PF respectivamente, lembrando que, no final de 2017, estes percentuais encontravam-se em 4,5% e 5,2%.

Por outro lado, o setor industrial perdeu fôlego ao longo do ano, principalmente pelo agravamento da crise econômica na Argentina no segundo semestre, uma vez que é líder no ranking dos países que mais importam produtos manufaturados brasileiros. Outro fator que contribuiu foi a tímida demanda interna. De acordo com a pesquisa industrial mensal (PIM-IBGE), a produção industrial total cresceu 1,5% entre janeiro e novembro em comparação com o mesmo período do ano anterior, uma expansão inferior à observada em 2017 (2,6%). Ainda assim houve destaques positivos, como o forte crescimento de 9,5% na produção de bens de consumo duráveis e de 8,2% na produção de bens de capital, neste caso proporcionado pelo aumento das exportações e pela incipiente recomposição dos investimentos em máquinas e equipamentos no país. Neste contexto, a formação bruta de capital fixo apresentou alta acumulada de 4,5% até o terceiro trimestre de 2018, apontando para o primeiro ano de crescimento dos investimentos desde 2013.

O consumo das famílias manteve-se em recuperação moderada, ilustrado pelos dados da pesquisa mensal do comércio (PMC-IBGE). No acumulado entre janeiro e novembro de 2018, as vendas no varejo cresceram 5,3% em comparação com o mesmo período do ano anterior, após a expansão de 4,0% registrada em 2017. Além da retomada relevante do crédito, houve continuidade da melhora dos condicionantes emprego e renda, embora neste caso de forma ainda modesta. De acordo com a PNAD Contínua, a taxa de desocupação no trimestre encerrado em novembro atingiu 11,6% na série original, pouco abaixo do patamar de 12,0% registrado em novembro de 2017. A massa de rendimentos habituais apresentou alta de 1,6% em termos reais, na comparação anual em novembro, variação inferior à observada no ano de 2017 (2,6%). Como notícia positiva, a geração de empregos com carteira assinada somou 858,4 mil em termos líquidos até novembro, de acordo com dados do Ministério do Trabalho (Caged), melhor resultado para o período desde 2014.

Os sinais de melhora da economia não impediram um ano de cautela entre consumidores e empresários, sentimento captado pelos movimentos dos índices de confiança. Com o término do processo eleitoral houve uma melhora dos indicadores, embora de forma desigual. A confiança da indústria reagiu menos, tendo em vista as dificuldades que o setor se defrontou ao longo do ano, que resultaram na perda de dinamismo da produção especialmente no segundo semestre. Neste contexto, o índice de confiança da indústria (ICI-FGV) que iniciou o ano em 99,4 pontos, fechou 2018 em 94,8 pontos, mesmo com uma pífia

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2018

alta nos meses de novembro e dezembro. Entre os consumidores, o panorama se mostrou diferente, embora a lenta recuperação do mercado de trabalho, o resultado eleitoral e a percepção de alguma melhora da atividade levaram o ICC-FGV a fechar o ano em 93,8 pontos, maior patamar desde 2014. A confiança do comércio deu um salto no final do ano, para o maior nível desde abril de 2013. Movimentos de elevação também foram observados nos indicadores dos setores de serviços e construção.

A inflação continuou controlada em 2018, apesar da pressão pontual em junho gerada pelo episódio da greve dos caminhoneiros. O IPCA fechou o ano com variação de 3,75%, acima do registrado em 2017 (2,95%), porém abaixo da meta de 4,50%. A maior contribuição para a inflação do ano decorreu dos preços administrados, que subiram 6,2%, reflexo de itens como energia elétrica (8,7%), gasolina (7,3%) e plano de saúde (11,2%). Os preços livres subiram apenas 2,9%.

Diante do quadro inflacionário benigno, o Banco Central manteve a taxa Selic em 6,5% desde a reunião de março, quando promoveu o último corte nos juros. Este contexto favorável, que permitiu a manutenção da taxa básica em seu menor nível histórico, envolveu a inflação corrente abaixo da meta e expectativas futuras ancoradas e um grau ainda elevado de ociosidade na economia, que sustentou uma retomada lenta durante o ano.

As contas externas seguiram confortáveis. O superávit comercial somou US\$ 58,3 bilhões em 2018, com aumentos relevantes nas exportações (9,6% pelas médias diárias) e nas importações (19,7%). Essa alta das importações provocou uma redução do superávit em relação a 2017 (US\$ 67 bilhões), mas o resultado reflete algo positivo, que foi a melhora gradual da demanda interna. Os números do balanço de pagamentos também reforçaram este quadro benigno. O déficit em transações correntes somou US\$ 14 bilhões nos 12 meses encerrados em novembro, o que corresponde a 0,7% do PIB estimado para o período. Além de baixo, o déficit é financiado por larga margem pelos investimentos diretos no país. No mesmo período, o montante do investimento direto no país (IDP) somou US\$ 79,8 bilhões, volume que surpreendeu diante das incertezas que marcaram o panorama econômico e político do Brasil. Complementando a solidez da posição externa do país, as reservas internacionais fecharam o ano em US\$ 386,9 bilhões.

As contas públicas continuaram como o principal contraponto, a despeito dos sinais de melhora da atividade econômica. A arrecadação federal cresceu 5,6% em termos reais entre janeiro e novembro, em comparação com o mesmo período de 2017. A retomada da atividade, mesmo que lenta, contribuiu para o aumento real das receitas, impulsionadas também pela elevação dos recursos obtidos com royalties do petróleo. Com isso, o déficit primário do governo atingiu 1,4% do PIB no acumulado do ano até novembro, uma leve redução ante o déficit registrado no ano de 2017 (1,7% do PIB). No período, o déficit primário somou R\$ 88,4 bilhões, inferior ao registrado nos primeiros onze meses de 2017 (R\$ 103,2 bilhões). Mais do que a pequena melhora do resultado total, vale destacar o avanço do superávit do Tesouro Nacional no período, de R\$ 69,5 bilhões para R\$ 97,8 bilhões. O agravamento do déficit da previdência (de R\$ 172,7 bilhões para R\$ 186,3 bilhões) impediu uma redução mais expressiva do déficit primário. Neste contexto, a relação dívida bruta/PIB, que fechou 2017 em 74%, alcançou em novembro o patamar de 76,7%, dinâmica que ilustra o grave cenário fiscal ainda enfrentado.

No cenário internacional, predominou um ambiente de crescente apreensão, diante da perspectiva de piora do desempenho das principais economias. Um dos condicionantes da deterioração de sentimento foi o aumento das tensões comerciais entre EUA e China, com novas medidas restritivas adotadas ao longo do ano, embora ao final de 2018 os países tenham mantido um tom mais conciliador. Outro fator que contribuiu foi a continuidade do ajuste monetário pelo Federal Reserve (Fed), que consolidou o cenário de menor liquidez após um longo período de forte expansionismo. Porém, o Fed alterou seu discurso e passou a sinalizar a possibilidade de abreviamento do ciclo de aumento dos juros. Tensões políticas na Europa também continuaram aflorando, com destaque para a formação do governo populista na Itália e as dificuldades para o acordo com o Brexit.

Em suma, o ano de 2018 foi marcado por maior instabilidade nos mercados e aumento da apreensão entre os agentes econômicos, seja por fatores externos ou internos. A piora do ambiente externo e a tensão pré-eleitoral acentuaram a volatilidade e pressionaram os ativos do país, movimento parcialmente revertido apenas com o desfecho das eleições. Embora persistam dúvidas quanto à governabilidade durante este novo mandato, a visão de continuidade da agenda liberal e do apoio às reformas

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2018

necessárias – principalmente de cunho fiscal – proporcionou a melhora da confiança da sociedade na parte final do ano. O maior otimismo, seja de consumidores, empresários e investidores, representa um importante ponto de partida para 2019.

Bancoob

Fundado em 1996, o Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob) é um banco múltiplo privado especializado no atendimento às cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence às entidades filiadas ao Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob. Sua atividade é orientada para a busca de soluções que incrementem o portfólio de produtos e serviços das cooperativas, desenvolvendo ações que priorizam a decisão colegiada e a gestão de controles e riscos. Para alcançar esse objetivo, expandiu o campo de atuação e formou seu conglomerado que atualmente é constituído pelas empresas Bancoob DTVM, Sicoob Seguradora, Cabal Brasil e Ponta Administradora de Consórcios, além da Fundação Sicoob de Previdência Privada (Sicoob Previ), da qual é fundador e patrocinador.

Com um relacionamento estreito com as cooperativas parceiras e as cooperativas do Sicoob, sua atividade é orientada para ofertar produtos e serviços financeiros a serem disponibilizados aos cooperados. Atua, também, no aperfeiçoamento contínuo de processos determinantes para a melhoria dos resultados financeiros, prestando serviços tais como: consultoria jurídica, centralização financeira/SPB, captação de recursos e repasses, compensação bancária (cobrança e convênios) e ouvidoria.

Em 2018, o Bancoob encerrou o ano com alta de 25,64% do lucro líquido, em relação a 2017, alcançando o valor de R\$ 237,03 milhões. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio do ano correspondeu a 234,53% do CDI médio do período.

As operações de empréstimos e recebíveis de clientes atingiram o valor de R\$ 15,28 bilhões, representando crescimento de 21,4% em relação ao ano anterior. Nos últimos cinco anos, o saldo de crédito do Bancoob vem registrando expressiva evolução com crescimento médio anual de 13% ante 4% do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Esse número comprova resiliência frente aos adversos desafios econômicos no Brasil nos últimos anos. Em depósitos totais, o Banco encerrou o ano com montante de R\$ 35,60 bilhões, sendo 15,2% maior do que o total de 2017.

No âmbito da atividade bancária, destacamos o produto de adquirência, cujo crescimento do faturamento ante 2017 foi de 69,7%, totalizando R\$ 30 bilhões com mais de 190 mil estabelecimentos ativos com “maquininhas” Sipag. Os números de consórcios também foram significativos, com 110 mil cotas ativas, cresceu 43% no ano, com carteira administrada atingindo R\$ 7,8 bilhões.

Como intensificação das iniciativas comerciais, 2018 foi o segundo ano da Campanha Nacional de Vendas (CNV). A CNV tem abrangência sistêmica, engloba todos os produtos do portfólio do Bancoob e a força de vendas das cooperativas atua associando a oferta de produtos do Sicoob às necessidades e condições do cooperado. Como resultado dessa ação, houve expressivo crescimento nas receitas de prestação de serviços para as cooperativas singulares.

Performance

O Bancoob encerrou 2018 com ativos totais consolidados de R\$ 50,11 bilhões, aumento de 14,30% em relação ao mesmo período do ano anterior, destacando-se:

a. Aplicações interfinanceiras de liquidez e Títulos e valores mobiliários

Com montante consolidado de R\$ 29,24 bilhões em 2018, tem expressiva participação de títulos públicos federais (LFTs, LTNs e NTNs), o que equivale a aproximadamente 11,85% do total.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2018

b. Empréstimos e recebíveis de clientes

Os empréstimos e recebíveis de clientes totalizaram R\$ 15,28 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 21,46% em relação a 2017. Na composição total destacam-se as linhas contratadas de capital de giro, que apresentou expansão de 461,37%, e crédito imobiliário, que apresentou um aumento de 315,54%. Também apresentaram crescimento a Poupança Rural, Recursos Próprios, Recursos Obrigatórios, BNDES/Finame e FCO.

A carteira de crédito consignado (Crédito Consignado INSS e Tradicional) atingiu o valor de R\$ 792 milhões, aumento de 18,57% em relação a 2017.

c. Operações de cartões

O Bancoob, emissor de cartões do Sicoob e de outros sistemas cooperativos, encerrou 2018 com 3,89 milhões de plásticos, dos quais 1,87 milhão possui limite implantado. Expansão da base de cartões junto aos outros sistemas contribuiu com aproximadamente 23% do faturamento total.

O volume de compras no ano foi de R\$ 28,41 bilhões, significando um crescimento de 38% em relação ao ano de 2017. Considerando apenas as transações realizadas na função crédito, o volume foi R\$ 15,9 bilhões.

d. Operações de adquirência

A adquirência registrou no ano de 2018 um crescimento de 58,07% sobre a base de credenciamentos ativos da maquininha Sipag, na comparação com o mesmo período de 2017.

A expansão da base contribuiu com o aumento do faturamento acumulado em R\$ 12,3 bilhões, o que representa um crescimento de 69,72% em relação ao ano de 2017.

e. Depósitos

Os depósitos totais consolidados alcançaram, em 2018, o valor de R\$ 35,60 bilhões, um aumento de 15,31% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando a confiança no Bancoob como gestor das disponibilidades de caixa do Sicoob.

A Poupança Cooperada fechou o exercício somando R\$ 5,24 bilhões, um crescimento de 34,63% em relação ao ano de 2017.

f. Processamento de serviços

O Bancoob prestou serviços de custódia, microfilmagem, rastreamento de documentos e pesquisas em tempo real, entre outros. Além disso, compensou durante o ano de 2018 um total de 362.824.277 documentos, número 16,82% superior ao exercício de 2017.

g. Novos convênios

No ano de 2018, novos convênios corporativos de arrecadação de faturas/guias com código de barras e débito automático foram firmados, totalizando 594 parcerias. O portfólio de convênios está à disposição das cooperativas do Sicoob e dos demais sistemas e entidades não filiadas, sendo um dos mais representativos do Sistema Financeiro Nacional.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2018

Patrimônio líquido e resultado do exercício

O patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2018, alcançou o montante de R\$ 1,83 bilhão, o que representa um crescimento de 10,90% em relação ao ano anterior.

No exercício, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 237,03 milhões, com retorno de 15,06% sobre o patrimônio líquido médio.

Agradecimentos

Agradecemos aos representantes das acionistas, pela confiança na Administração; ao Sicoob Confederação e às cooperativas centrais e singulares do Sicoob, pela cooperação no cumprimento dos objetivos sistêmicos; às entidades externas parceiras, por acreditarem nas soluções oferecidas pelo Conglomerado Bancoob e pela Fundação Sicoob Previ, e aos profissionais do Banco, das empresas controladas e da fundação patrocinada, pela incondicional dedicação.

A Administração

Balanço patrimonial consolidado em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	10	15.599.281	12.311.783
Depósitos compulsórios no Banco Central		1.043.455	1.226.829
Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)	13	28.885	-
Títulos e valores mobiliários		19.710	-
Cotas de fundos de investimento		9.158	-
Outros		17	-
Ativos financeiros ao custo amortizado		28.920.143	-
Empréstimos e recebíveis de clientes	11(a)	15.371.908	-
(-) Provisão para perdas esperadas de crédito em empréstimos e recebíveis		(89.380)	-
Títulos e valores mobiliários	11(d)	12.179.789	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	11(d)	1.462.919	-
(-) Provisão para perdas esperadas de crédito em títulos públicos e privados		(5.093)	-
Ativos financeiros disponíveis para venda			13.837.676
Ativos financeiros para negociação		-	28.369
Empréstimos e recebíveis		-	12.582.600
Outros ativos	14	4.161.535	3.552.185
Créditos tributários	15 (a)	110.193	57.920
Investimentos	16	61.287	52.006
Imobilizado	17	140.239	145.154
Intangível	18	44.273	45.784
TOTAL DO ATIVO		50.109.291	43.840.306

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Balanço patrimonial consolidado em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Passivos financeiros ao custo amortizado		41.902.972	36.894.163
Depósitos de clientes	19(a)	35.604.239	30.877.135
Obrigações por operações compromissadas	19(b)	3.288.507	2.661.904
Letras de crédito do agronegócio	19(c)	220.524	337.753
Obrigações por empréstimos e repasses	19(d)	2.789.702	3.017.371
Passivos fiscais		247.312	223.490
Impostos correntes		218.774	191.909
Impostos diferidos		28.538	31.581
Outros passivos		6.130.115	5.073.472
Outras obrigações	20	6.116.711	5.069.160
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	22(a)	13.404	4.312
Patrimônio líquido	23	1.828.892	1.649.182
Capital social		1.525.151	1.359.242
Reservas de capital		51	45
Reservas de lucros		257.685	197.109
Ajuste de avaliação patrimonial		27.707	30.960
Ações em tesouraria		-	(59)
Lucros acumulados		10.078	54.647
Participação de não controladores		8.220	7.238
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		50.109.291	43.840.306

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração consolidada do resultado e do resultado abrangente em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receitas com juros e similares	5	2.733.462	3.296.252
Despesas com juros e similares	5	(2.276.553)	(2.882.617)
Receita líquida com juros		456.909	413.635
Receitas de tarifas e comissões	6	1.191.247	854.187
Despesas com tarifas e comissões	6	(125.626)	(102.423)
Resultado de ativos financeiros mensurados ao VJR		2.510	-
Provisão para perdas esperadas de crédito		(12.991)	(7.688)
Resultado de equivalência patrimonial		9.565	4.533
Variações cambiais (líquidas)		(1.042)	(907)
Outras receitas e despesas operacionais	7	(494.202)	(242.256)
Receita líquida operacional		1.026.370	919.081
Despesas operacionais		(594.103)	(580.260)
Despesas com pessoal	8	(178.341)	(149.166)
Despesas gerais e administrativas	9	(246.335)	(270.796)
Despesas tributárias		(156.538)	(152.620)
Depreciações e amortizações		(12.889)	(7.678)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		432.267	338.821
Impostos correntes		(212.934)	(191.911)
Impostos diferidos		17.697	41.748
Lucro líquido do exercício		237.030	188.658
Lucro atribuível à controladora		236.040	186.340
Atribuível às participações de não controladores		990	2.318
Outros resultados abrangentes			
Mudanças no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda		-	12.371
IR/CS sobre ganhos (perdas) não realizados		-	(4.964)
Outros resultados abrangentes líquidos		-	7.408
Resultado abrangente do exercício		237.030	196.065
Atribuível à controladora		236.040	193.747
Atribuível às participações de não controladores		990	2.318

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	Aumento de capital	(-) Capital a integralizar	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total atribuível à controladora	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		1.164.179	-	-	23.988	45	178.072	42.514	(26)	1.408.772	5.935	1.414.707
Lucro líquido do exercício	23(a)	-	-	-	-	-	-	186.339	-	186.339	-	186.339
Ajustes – Títulos disponíveis para venda		-	-	-	7.408	-	-	-	-	7.408	-	7.408
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	7.408	-	-	186.339	-	193.747	-	193.747
Aumento de capital		155.063	40.000	-	-	-	-	-	-	195.063	-	195.063
Dividendos propostos de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	(147.310)	-	-	(147.310)	-	(147.310)
Aquisição de ações de própria emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	(33)	(33)	-	(33)
Outras mutações		-	-	-	(435)	-	-	435	-	-	-	-
Destinações propostas:												
Reserva legal	23(b)	-	-	-	-	-	8.732	(8.732)	-	-	-	-
Reserva de lucros	23(c)	-	-	-	-	-	157.614	(157.614)	-	-	-	-
Dividendos propostos	23(d)	-	-	-	-	-	-	(8.296)	-	(8.296)	-	(8.296)
Mudanças na participação de não controladores	23(f)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.304	1.304
Saldos em 31 de dezembro de 2017		1.359.242	40.000	-	30.960	45	197.108	54.647	(59)	1.641.943	7.239	1.649.182
Saldos em 31 de dezembro de 2017		1.359.242	40.000	-	30.960	45	197.108	54.647	(59)	1.641.943	7.239	1.649.182
Modificações no patrimônio líquido – ajustes IFRS 9		-	-	-	(2.819)	-	-	(51.972)	-	(54.791)	-	(54.791)
Saldos em 31 de dezembro de 2017 – ajustado		1.359.242	40.000	-	28.141	45	197.108	2.675	(59)	1.587.152	7.239	1.594.391
Lucro líquido do exercício	23(a)	-	-	-	-	-	-	236.040	-	236.040	990	237.030
Aumento de capital		205.910	-	-	-	-	-	-	-	205.910	-	205.910
Capital a realizar		-	125.910	(165.910)	-	-	-	-	-	(40.000)	-	(40.000)
Integralização de capital		-	(165.910)	165.910	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	(157.614)	-	-	(157.614)	-	(157.614)
Aquisição de ações de própria emissão		-	-	-	-	6	-	-	-	6	-	6
Ações em tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	59	59	-	59
Outras mutações		-	-	-	(435)	-	-	435	-	-	-	-
Destinações propostas:												
Reserva legal	23(b)	-	-	-	-	-	11.454	(11.454)	-	-	-	-
Reserva de lucros	23(c)	-	-	-	-	-	206.737	(206.737)	-	-	-	-
Dividendos propostos	23(d)	-	-	-	-	-	-	(10.881)	-	(10.881)	-	(10.881)
Mudanças na participação de não controladores	23(f)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9)	(9)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		1.525.151	-	-	27.707	51	257.685	10.078	-	1.820.672	8.220	1.828.892

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		472.061	393.015
Lucro líquido antes dos tributos		432.267	338.821
Perdas de crédito esperadas em ativos financeiros		12.991	7.688
Juros e variações monetárias e cambiais		(517)	-
Participação nos lucros		11.137	9.135
Depreciações e amortizações		12.889	7.678
Resultado de participações em controladas		(9.565)	(4.533)
Juros pela venda do imobilizado		158	-
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis		10.823	2.882
Outros ajustes		1.879	31.344
(Aumentos) Decréscimos líquidos nos ativos operacionais		(3.283.113)	(1.900.360)
Ativos financeiros ao valor justo no resultado		(1.242)	-
Decréscimo (aumento) em títulos e valores mobiliários		1.088	-
(Aumento) decréscimo em cotas de fundos de investimento		(2.330)	-
Ativos financeiros ao custo amortizado		(2.604.784)	-
Aumento em títulos e valores mobiliários		(167.346)	-
Decréscimo (aumento) em aplicações em depósitos interfinanceiros		357.516	-
(Aumento) de empréstimos e recebíveis de clientes		(2.794.954)	-
Ativos financeiros para negociação		-	(26.156)
Ativos financeiros disponíveis para venda		-	(1.558.818)
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		-	122.885
Empréstimos e recebíveis de clientes		-	(438.271)
Demais ativos		(677.087)	(2.142.324)
Variação nos depósitos compulsórios no Bacen		183.374	(741.088)
(Aumento) de outros ativos		(742.823)	(1.303.485)
Imposto de renda e contribuição social (pagos)		(117.638)	(97.751)
(Aumentos) Decréscimos líquidos nos passivos operacionais		6.106.404	8.942.994
Passivos financeiros ao custo amortizado		5.008.809	7.305.147
Aumento de depósitos		4.727.104	5.165.946
Aumento das obrigações por operações compromissadas		626.603	1.318.366
(Decréscimo) aumento das letras de crédito do agronegócio		(117.229)	153.832
(Decréscimo) aumento das obrigações por empréstimos e repasses		(227.669)	667.003
Demais passivos		1.097.595	1.637.847
Aumento em outros passivos		1.088.505	1.636.101
Aumento em provisões fiscais, trabalhistas e cíveis		9.090	1.746
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		3.295.352	5.293.325
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de outros investimentos		(947)	(26.115)
Aquisição de imobilizado		(5.187)	(46.451)
Aquisição de intangível		(2.472)	(5.733)
Alienação de imobilizado de uso		302	39
Alienação de intangível		2	194
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(8.302)	(78.066)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aquisição de ações própria emissão		65	(33)
Aumento de capital social		165.910	195.063
Pagamento de dividendos		(165.527)	(154.418)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		448	40.612
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		3.287.498	5.255.871
Aumento líquida de caixa e equivalentes de caixa		3.287.498	5.255.871
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10	12.311.783	7.055.912
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10	15.599.281	12.311.783

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

Nota 1 - Contexto operacional

O Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob ("Bancoob", "Instituição" ou "Banco") foi constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Seu funcionamento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil ("Banco Central" ou "BC") em 21 de julho de 1997 e suas atividades foram iniciadas em 1º de setembro de 1997.

Em 29 de março de 2016, o Banco Central autorizou o Bancoob a atuar também na carteira de crédito imobiliário, cujo início ocorreu em 1º de abril de 2016 e, assim, o Bancoob passou a ser um banco cooperativo múltiplo.

O Bancoob foi criado para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88. É controlado por cooperativas centrais, que, em conjunto com as cooperativas singulares, formam o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil ("Sicoob").

A Diretoria Colegiada do Bancoob submeteu ao Conselho de Administração, as demonstrações contábeis consolidadas em IFRS do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que as aprovou em reunião realizada em 14 de março de 2019.

Nota 2 - Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

a. Base de preparação

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRIC").

b. Adoção de novas normas e interpretações

O Bancoob adotou as normas e interpretações, aplicáveis à instituição, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018:

- **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:** pronunciamento substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e foi adotada de forma prospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2018. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros, (II) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*).

As mudanças mais significativas identificadas pelo Bancoob na adoção da IFRS 9 estão relacionadas a ao reconhecimento das provisões para perdas esperadas em instrumentos financeiros e a classificação e mensuração desses instrumentos financeiros.

- **IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes:** o pronunciamento substitui a IAS 18 – Receita e IAS 11– Contratos de Construção, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Requer que o reconhecimento de receita retrate a transferência de bens ou serviços para o cliente. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018 e não há impactos para as demonstrações contábeis consolidadas do Bancoob.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

c. Reconciliação de saldos patrimoniais comparativos em 1º de janeiro de 2018

Estão apresentados a seguir, os saldos dos ativos financeiros reconciliados:

Classificação IAS 39	Ativos financeiros	Saldos IAS 39	Reclassificação	Reversões	Remensurações	Saldos IFRS 9	Classificação IFRS 9
Ativos financeiros disponíveis para venda	Títulos públicos	9.828.570	5.134	-	-	9.833.704	Ativos financeiros ao custo amortizado
	Marcação a mercado dos títulos públicos disponíveis para venda	(1.940)	-	1.940	-	-	Ativos financeiros ao custo amortizado
	Títulos privados	2.177.048	2.437	-	-	2.179.485	Ativos financeiros ao custo amortizado
	Marcação a mercado dos títulos privados disponíveis para venda	6.719	-	(6.719)	-	-	Ativos financeiros ao custo amortizado
	Cotas de fundos de investimento	6.844	-	-	-	6.844	Ativos financeiros ao valor justo no resultado
	Aplicação em depósitos interfinanceiros	1.820.435	-	-	-	1.820.435	Ativos financeiros ao custo amortizado
	Provisão para perdas esperadas em títulos públicos e privados	-	-	-	(5.839)	(5.839)	Perdas esperadas em ativos financeiros ao custo amortizado
Total dos ativos financeiros disponíveis para venda		13.837.676	7.571	(4.779)	(5.839)	13.834.629	
Ativos financeiros para negociação	Títulos públicos	25.932	(5.134)	-	-	20.798	Ativos financeiros ao valor justo no resultado
	Títulos privados	2.437	(2.437)	-	-	-	
Total dos ativos financeiros para negociação		28.369	(7.571)	-	-	20.798	
Empréstimos e recebíveis de clientes	Operações de crédito, repasses interfinanceiros e cartão de crédito	12.585.774	-	-	-	12.585.774	Ativos financeiros ao custo amortizado
	Provisão para perdas em crédito	(3.174)	-	3.174	(80.560)	(80.560)	Perdas esperadas em operações de crédito e limites de crédito concedidos
Total de empréstimos e recebíveis de clientes		12.582.600	-	3.174	(80.560)	12.505.214	
Outros ativos	Provisão para perdas esperadas em aquisição	-	-	-	(1.208)	(1.208)	Perdas esperadas em outros ativos
Total de outros ativos		-	-	-	(1.208)	(1.208)	
Total dos ativos financeiros		26.448.645	-	(1.605)	(87.607)	26.359.433	

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

d. Reconciliação do patrimônio líquido

O patrimônio líquido foi reconciliado com o objetivo de evidenciar os efeitos da aplicação da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais alterações em relação à prática anterior referem-se a:

d.1. Alteração no modelo de cálculo com base em perdas incorridas (IAS 39) para o modelo de perdas esperadas (IFRS 9), considerando informações prospectivas.

d.2. Adequação do valor contábil bruto de ativos financeiros que tiveram seus fluxos de caixa modificados (sem baixa), os quais tiveram o saldo recalculado de acordo com os requerimentos da IFRS 9.

d.3. Alteração no modelo de mensuração de ativos financeiros devido às novas categorias introduzidas pela IFRS 9.

d.4. Reversão da marcação a mercado dos títulos classificados na categoria “Disponíveis para venda”.

A seguir, estão apresentados os saldos de patrimônio líquido reconciliados:

Ajustes da aplicação da IFRS 9	Saldos	Ajustes	Lucro líquido
Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2017	1.641.943	-	188.658
Reversão da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários classificados como “Disponíveis para venda”	(2.818)	(2.818)	-
Provisão para perdas esperadas de crédito	(84.433)	(84.433)	-
Efeito tributário	32.460	32.460	-
Saldos finais em 1º/1/2018	1.587.152	(54.791)	188.658

e. Normas emitidas aplicáveis em períodos futuros

- **Alteração da Estrutura Conceitual** - Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (*Conceptual Framework*) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até sua data de entrada em vigor.
- **IFRS 16 - Arrendamentos:** O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: **(a)** reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; **(b)** reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e **(c)** reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados pela Administração.
- **IFRS 17 - Contratos de Seguro:** O pronunciamento substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguro e tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2021. Apresenta três abordagens para avaliação dos contratos de seguros:
 - Modelo Padrão:** aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo;
 - Premium Allocation Approach (PAA):** aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificada que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão;
 - Variable Fee Approach:** abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- (i) **Fluxos de caixa futuros esperados:** estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
- (ii) **Ajuste ao risco:** estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- (iii) **Margem contratual:** diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- (iv) **Desconto:** fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Os possíveis impactos estão sendo avaliados pela Administração e serão concluídos até a data da entrada em vigor da norma em razão das operações mantidas pela Bancoob PAR, controlada do banco.

• **IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamentos de imposto sobre a renda:** A interpretação explica como reconhecer e mensurar ativos e passivos de tributos sobre lucros (no caso do Brasil, principalmente imposto de renda e contribuição social), diferidos e correntes, nos casos em que há incerteza sobre o tratamento de um imposto (posições fiscais que ainda não foram aceitas pela autoridade tributária). A norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2019. Os principais itens determinam que:

- (i) Seja definida a unidade de contabilização apropriada, avaliando se o tratamento tributário incerto deve ser considerado separadamente ou em conjunto como um grupo, dependendo de qual abordagem oferece uma previsão melhor de resolução da incerteza;
- (ii) A entidade deve assumir que uma autoridade tributária irá examinar os tratamentos tributários incertos e ter conhecimento total de todas as informações relacionadas;
- (iii) A entidade deve refletir o efeito da incerteza na contabilização do tributo sobre o lucro quando não for provável que as autoridades tributárias irão aceitar o tratamento;
- (iv) O impacto da incerteza deve ser mensurado utilizando o método do valor mais provável ou do valor esperado, dependendo de qual método oferece uma previsão melhor de resolução da incerteza; e
- (v) Os julgamentos e as estimativas devem ser reavaliados sempre que as circunstâncias mudarem ou houver novas informações que afetem os julgamentos.

Eventuais impactos da adoção da IFRIC 23 estão ainda sendo avaliados pela Administração.

Nota 3 - Estimativas contábeis críticas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas em IFRS exige que à Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam à aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas devido ao alto nível de subjetividade no envolvimento dessas políticas contábeis. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(i) Mensuração das perdas esperadas:

A mensuração das perdas esperadas de crédito requer o uso de modelos complexos e pressupostos significativos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. São necessários vários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para a mensuração das perdas esperadas, tais como:

- Determinação de critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha apropriada de modelos e pressupostos adequados para a mensuração das perdas esperadas;
- Estabelecimento de bancos de ativos financeiros similares para efeitos de mensuração das perdas esperadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros:

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma negociação entre partes não relacionadas. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado através de modelo interno com base nesse preço.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando os dados não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento, conforme nota 11(f).

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo no resultado, tendo o valor justo determinado por meio de cotações de preço de mercado. Quando o valor justo é positivo, as operações são registradas como ativos financeiros e, quando negativos, registrados como passivos financeiros. Os ganhos ou perdas eventuais são reconhecidos integralmente no resultado do período a que se referir.

(iv) Outras estimativas

Outros itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem, a estimativa de realização dos créditos tributários, a provisão para desembolso originado do contencioso de natureza fiscal, trabalhista e cível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Bancoob revisa as estimativas e premissas periodicamente.

Nota 4 - Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas do Bancoob foram utilizadas e vêm sendo aplicadas de forma consistente, conforme descrito a seguir:

a. Base para consolidação das demonstrações contábeis em IFRS

As demonstrações contábeis das subsidiárias estão consolidadas com as do Bancoob. Conseqüentemente, todos os saldos e transações entre as empresas consolidadas são eliminados na consolidação. A data-base das demonstrações contábeis das empresas controladas utilizada na consolidação é a mesma da controladora.

As empresas Ponta Administradora de Consórcios Ltda. ("Consórcio Ponta"), Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Bancoob DTVM"), Cabal Brasil Ltda. ("Cabal") e Bancoob PAR Seguridade S.A. ("Bancoob PAR"), controladas do Bancoob estão incluídas na consolidação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018.

Foram considerados ainda, os fundos de investimento Sicoob Previdenciário e Sicoob Agências Fundo de Investimento Imobiliário no processo de consolidação, em razão de haver retenção substancial de riscos e benefícios pelo Bancoob.

Estão apresentadas a seguir, as principais informações das entidades consolidadas:

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

a.1. Empresas controladas

Componentes	Bancoob DTVM		Consórcio Ponta		Cabal Brasil Ltda.		Bancoob PAR	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante	3.904	4.432	17.211	16.764	72.849	118.239	7	634
Ativo não circulante	5.192	4.445	66.115	45.995	80.753	18.334	35.011	24.814
Total do ativo	9.096	8.877	83.326	62.759	153.602	136.573	35.018	25.448
Passivo circulante	3.940	3.943	26.765	26.957	112.532	100.399	2.295	21
Passivo não circulante	-	-	109	145	-	-	-	-
Total do passivo	3.940	3.943	26.874	27.102	112.532	100.399	2.295	21
Patrimônio líquido	5.156	4.934	56.452	35.354	36.174	36.174	32.723	25.426
Receitas	10.804	10.565	127.241	108.866	72.546	64.690	9.595	4.578
Resultado de operações em continuidade	2.752	2.655	21.098	18.536	4.896	6.508	9.570	4.534
Caixa e equivalentes de caixa	19	3	43	527	15.265	5.819	1	4
Participação de controladores	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	80,00%	80,00%	100,00%	100,00%

a.2. Fundos de investimento

Componentes	Sicoob Previdenciário FI RF		Sicoob Agências FII	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante	19.916	21.304	203	192
Ativo não circulante	-	-	26.909	26.115
Total do ativo	19.916	21.304	27.112	26.307
Passivo circulante	8	10	202	148
Passivo não circulante	-	-	-	-
Total do passivo	8	10	202	148
Patrimônio líquido	19.908	21.294	26.910	26.159
Receitas	8.531	10.111	2.348	652
Resultado de operações em continuidade	2.444	2.407	2.048	532
Caixa e equivalentes de caixa	9	5	-	-

b. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional das entidades que compõem o balanço consolidado do Bancoob. Exceto quando indicado, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de reais (R\$ mil).

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizadas pelo Bancoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 10).

d. Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e são consideradas nas demonstrações contábeis consolidadas do período a que se referem, independentemente de recebimento ou pagamento.

e. Instrumentos financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros do Bancoob são efetuadas de acordo com a IFRS 9 e estão descritas a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

e.1. Reconhecimento inicial

(i) Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, geralmente é reconhecido no balanço patrimonial quando o Bancoob se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes são reconhecidas quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao Bancoob.

(ii) Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais e do modelo de negócios utilizado pelo Bancoob no gerenciamento de seus instrumentos.

Instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao seu valor justo e, exceto nos casos de ativos ou passivos financeiros registrados ao valor justo através do resultado, os custos atribuíveis à transação são adicionados a, ou subtraídos, desse valor.

e.2. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

(i) Avaliação do modelo de negócio

O Bancoob classifica seus ativos financeiros com base no modelo de negócios utilizado no gerenciamento desses instrumentos e nos seus termos contratuais, fazendo com que eles sejam mensurados (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) ao valor justo através do resultado (VJR).

O Bancoob classifica e mensura sua carteira de negociação e seus derivativos em VJR. O Bancoob pode designar instrumentos em VJR se, ao fazer isso, elimina e reduz significativamente inconsistências de mensuração e reconhecimento.

Passivos financeiros, outros além dos relacionados obrigações por empréstimos, são mensurados ao custo amortizado ou VJR quando são mantidos para negociação e instrumentos derivativos ou a designação ao valor justo é aplicada.

(ii) Teste de SPPJ (“Somente Pagamento de Principal e Juros”)

Como um segundo passo do processo de classificação, o Bancoob avaliou os termos contratuais dos instrumentos financeiros para verificar se os mesmos possuem fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros, atendendo ao teste de SPPJ (somente pagamento de principal e juros).

“Principal”, para referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal).

Os elementos mais significativos dos juros num acordo de empréstimo são a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Para aplicar o teste de SPPJ, o Bancoob realizou julgamento e considerou fatores relevante, como, por exemplo, a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período pela qual a taxa de juros é definida.

Em contraste, termos contratuais que introduzem uma exposição relevante a riscos de volatilidade nos fluxos de caixa contratuais que não são relacionados a um acordo de empréstimo não originam fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

que representam apenas pagamentos de principal e juros. Nesses casos, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de resultados.

O Bancoob testou os instrumentos financeiros para avaliar se os ativos financeiros atendiam aos critérios de “somente pagamento de principal e juros” e como resultado, as carteiras de títulos e valores mobiliários, de empréstimos e recebíveis e de aquisição, foram classificadas preponderantemente na categoria ao “custo amortizado”.

e.3. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um instrumento financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera as perdas de crédito esperadas e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de origem.

A receita de juros dos ativos financeiros está incluída em 'Receitas com juros', utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados posteriormente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados no reconhecimento inicial.

e.4. Instrumentos financeiros ao valor justo no resultado

Instrumentos financeiros ao valor justo no resultado compreendem itens mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Quando um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, um ajuste de avaliação de crédito é incluído para refletir a qualidade de crédito da contraparte, representando as alterações no valor justo atribuível ao risco de crédito.

Instrumentos derivativos são mensurados ao VJR e registrados como ativos financeiros quando seu valor justo é positivo e como passivos financeiros quando seu valor justo é negativo. Derivativos que possuem garantias

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

e que são liquidados diariamente pelo valor líquido através de uma câmara de liquidação (por exemplo, operações de futuro) são registrados pelo valor residual de pagamento de um dia para o outro.

Os ativos que não atenderam aos critérios de “somente pagamento de principal e juros” no teste de SPPJ são preponderantemente títulos e valores mobiliários mantidos por fundo de investimento consolidado e aplicações em cotas de fundos de investimento.

e.4.1. Designação irrevogável

No reconhecimento inicial, um ativo ou passivo financeiro pode ser designado de modo irrevogável, como mensurado ao valor justo através do resultado, se eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (descasamento contábil) que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Na adoção inicial, o Bancoob não possuía ativos e passivos financeiros designados de forma irrevogável como mensurado ao valor justo por meio de resultado.

e.4.2. Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O Bancoob pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida pelo Banco em uma combinação de negócios.

Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos são reconhecidos no resultado.

Na adoção inicial, a Administração do Bancoob não optou por designar os instrumentos patrimoniais ao VJORA.

e.4.3. Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes - instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo das características de fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subseqüentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado das perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Como resultado do teste de "SPPJ", não foram identificados títulos a serem classificados na categoria de valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (VJORA).

e.5. Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

- **Nível 1:** Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas e futuros.
- **Nível 2:** Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos.
- **Nível 3:** Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Em 31 de dezembro de 2018, o Bancoob não possuía instrumentos mensurados no nível 3.

A distribuição dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo na hierarquia de mensuração está divulgada na Nota 12(b).

e.6. Reclassificação de instrumentos financeiros

O Bancoob não reclassificou seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes. Passivos financeiros nunca são reclassificados.

O Bancoob não reclassificou seus ativos e passivos financeiros nos exercícios apresentados.

e.7. Baixa (desreconhecimento) de ativos financeiros

e.7.1. Baixa (desreconhecimento) devido a modificações substanciais em termos e condições contratuais

O Bancoob desreconhece um ativo financeiro, como, por exemplo, uma operação de crédito concedido a cliente, quando os termos e condições da operação forem renegociados em uma extensão que, substancialmente, torne uma nova operação, sendo a diferença reconhecida como no resultado do exercício como ganhos ou perdas de desreconhecimento.

A nova operação reconhecida é classificada no Estágio 1 para fins de mensuração de suas perdas esperadas, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito.

Se a renegociação não resulta em fluxos de caixa substancialmente diferentes, a modificação não ocasiona em um desreconhecimento da operação. Considerando a alteração nos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva original da operação, o Bancoob reconhece um ganho ou perda de modificação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

e.7.2. Baixa (desreconhecimento) de ativos financeiros

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o Bancoob transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, ou (ii) o Bancoob não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido. O desreconhecimento geralmente ocorre o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias, exceto para operações de longo prazo cujo desreconhecimento ocorre com 720 dias.

e.7.3. Baixa (desreconhecimento) de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo original e o montante pago é reconhecida no resultado.

f. Perdas de crédito esperadas para ativos financeiros

f.1. Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas

O Bancoob registra provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para os limites de créditos concedidos e não utilizados, e, portanto, considerados como "instrumentos financeiros". Instrumentos de patrimônio não estão sujeitos a redução ao valor recuperável de acordo com a IFRS 9.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses), a não ser que tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua origem, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas de crédito do prazo remanescente do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE *Lifetime*). A política do Bancoob para determinar se houve aumento significativo no risco de crédito encontra-se descrita na nota 27.

A PE de 12 meses é a parte da PE *Lifetime* que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações contábeis.

A PE 12 meses e a PE *Lifetime* são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na nota 27.

O Bancoob estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas demonstrações contábeis, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco de a inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro.

Com base no processo acima descrito, o Bancoob distribui seus instrumentos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

- **Estágio 1:** quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Bancoob reconhece uma provisão baseada em PE de 12 meses. No Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

- **Estágio 2:** quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Bancoob registra uma provisão para PE *Lifetime*. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.
- **Estágio 3:** instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação e todos os elementos de inadimplência possíveis.
- **Migração entre estágios:** a migração entre estágios ocorre em razão da deterioração do risco do tomador, conforme modelos de escoragem.

f.2. Cálculo das perdas esperadas

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default* – PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.
- Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* – EAD): é uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência.
- Perda dada a inadimplência (*loss given default* – LGD): é uma estimativa de perda originada no caso de a inadimplência ocorrer em um certo momento.

Com exceção de créditos rotativos provenientes de cartões de crédito, cheque especial e conta garantida, o período máximo para o qual as perdas de crédito são determinadas é o prazo contratual do instrumento financeiro, a não ser que o Banco tenha o direito legal de liquidar antecipadamente.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

- **Estágio 1:** O Bancoob calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. O cálculo da Perda Esperada 12 meses ocorre pela multiplicação entre os parâmetros de PD 12 meses, EAD e LGD;
- **Estágio 2:** Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Bancoob reconhece uma provisão de perda esperada *Lifetime* (ao longo da vida do instrumento financeiro). Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs e LGDs são estimadas ao longo da vida do instrumento; e
- **Estágio 3:** Para operações consideradas com problemas de recuperação, o Bancoob reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizada para as operações do Estágio 2, no entanto a PD determinada em 100%.
- **Limites de crédito:** ao estimar a perda esperada *Lifetime* (ao longo da vida do instrumento financeiro) para limites de crédito não utilizados, o Bancoob estima a parcela do limite concedido que será utilizado ao longo de sua vida, sendo estimado o parâmetro de Fator de Conversão de Crédito (FCC).

f.3. Limites de cartão de crédito, cheque especial, conta garantida e garantias financeiras prestadas

Dentre os produtos do Bancoob inclui a concessão de limites de crédito através da emissão de cartões de crédito, cheque especial e conta garantida, onde o Bancoob possui o direito de cancelar e/ou reduzir os limites mediante aviso. O Bancoob não limita sua exposição a perdas de crédito ao período contratual de aviso do corte do limite, mas, ao invés disso, calcula a PE pelo período que reflete a expectativa do Bancoob

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

em relação ao comportamento do cliente e sua probabilidade de inadimplência. Baseado na experiência passada e nas expectativas do Bancoob, o período para o qual o Bancoob calcula PE para esses produtos é de aproximadamente 24 meses.

Para garantias financeiras prestadas, o Bancoob utiliza o prazo da operação.

A avaliação continua para identificar quando um aumento significativo no risco de crédito ocorreu para limites concedidos é feita em conjunto e de forma análoga à avaliação de aumento de risco do produto subjacente ao limite (ex: risco de exposição em cartão de crédito para avaliação de risco sobre limites de cartão de crédito).

f.4. Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o Bancoob utiliza uma série de informações macroeconômicas considerando o efeito de *forward looking* na projeção da perda esperada e, ainda, as características individuais de cada carteira ou devedor.

O Bancoob realizou análises dos indicadores por tipo de pessoa, considerando os deslocamentos das séries históricas das variáveis macro econômicas, em até 12 meses para trás (*lags*) e até 12 meses para frente (*leads*), na visão safra e data base e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. O Bancoob considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

f.5. Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (*Low default porffolio – LDP*)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o Bancoob utiliza suas classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O Bancoob pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o Bancoob considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais e os títulos privados, classificados como *investment grade* pelas agências de rating na visão local.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, a IFRS 9 determina que não é necessário avaliar se houve ou não aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo que essas operações serão inicialmente alocadas no Estágio 1 (PE para 12 meses) e se, porventura, vierem a apresentar inadimplência, serão migradas automaticamente para o estágio 3.

Não houve migração de estágios para ativos com baixo risco de crédito.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

g. Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) e são registrados no grupo de "Investimentos". O resultado de equivalência é calculado com base no percentual de participação societária detida, sobre o patrimônio líquido da controlada e/ou coligada. As perdas ou ganhos em participações societárias são registradas no resultado do período a que se referir, na rubrica "Resultado de equivalência patrimonial". Os investimentos estão demonstrados conforme Nota 16.

h. Outros ativos

Estão demonstrados pelo valor do principal, líquidos da perda esperada, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

i. Imobilizado

Incluem os valores de edificações, terrenos, móveis, veículos, equipamentos de informática, de segurança e comunicação conforme Nota 17.

São mensurados pelo custo de aquisição menos a depreciação acumulada e eventuais perdas por redução no valor recuperável. O custo do imobilizado inclui itens diretamente atribuíveis à aquisição de um bem.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O cálculo da depreciação é efetuado pelo método linear com a utilização das taxas com base na vida útil estimada dos bens a que se referem. A depreciação é calculada a partir da disponibilidade do bem para uso. Os terrenos não são depreciados.

A vida útil dos bens e as taxas de imobilizado aplicadas no exercício corrente são as seguintes:

Item	Taxa ao ano
Edificações	1,67%
Instalações	10%
Móveis e equipamentos de uso	10%
Sistemas de comunicação e segurança	10%
Sistemas de processamento de dados (<i>hardware</i>) e transporte	20%

O Bancoob avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do imobilizado possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda. A avaliação dos imóveis é efetuada através de laudos preparados por empresas especializadas e independentes. Esta avaliação somente é efetuada se for identificada alguma evidência de alteração do bem.

Em caso de evidências ou indicação de recuperação do valor de um imobilizado, o Bancoob reconhece a reversão da perda por não recuperação registrada em períodos anteriores e deve ajustar as despesas de depreciação futuras de acordo com o período da vida útil do bem. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não recuperação tivesse sido reconhecida. Para o Bancoob são consideradas como evidências objetivas de perda, a obsolescência, a ociosidade ou o desgaste excedente à expectativa de tais itens.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

Foi efetuado teste de recuperabilidade no ativo imobilizado e não foram identificadas perdas por redução no valor recuperável.

j. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são compostos das licenças de uso de softwares, do ágio adquirido em combinações de negócios, além do ágio alocado em marcas e patentes e carteiras de clientes. O ágio, marcas e patentes e carteira de clientes foram registrados tendo como base os valores demonstrados nos *PPAs – Purchase Price Allocation* quando da aquisição do Consórcio Ponta e de participação na Cabal Brasil. Os principais ativos intangíveis estão demonstrados na Nota 18.

j.1. Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Estes custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os ativos intangíveis com vida útil definida compreendem softwares adquiridos de terceiros. São, ainda, avaliados anualmente com a finalidade de verificar a existência de perdas por redução ao valor recuperável.

Item	Vida útil	Taxa ao ano
Sistemas de processamento de dados (<i>software</i>)	5 anos	20%

k. Outros passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos. Estão demonstrados conforme Nota 20.

l. Compensação de ativos e passivos

A apresentação de ativos e passivos pelo valor líquido ocorre apenas quando há um direito legal de serem compensados numa base líquida. A menos que não haja a intenção de liquidá-los desta forma ou de realizar um ativo para liquidar um passivo, a apresentação é feita de forma separada.

m. Benefícios a empregados - Previdência complementar

O Bancoob é patrocinador de plano de previdência dos seus funcionários, mantido na Fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ, constituída em novembro de 2006, entidade que proporciona aos seus participantes e dependentes benefícios de previdência complementar aos da previdência oficial básica na modalidade de contribuição definida.

Em 31 de dezembro de 2018, o plano dos funcionários do Bancoob e empresas controladas na Sicoob Previ contava com 997 participantes ativos (2017 – 844), cuja contribuição totalizou R\$ 4.383 (2017 – R\$ 3.700), registrada na rubrica “Despesas com Pessoal”.

n. Participação nos lucros e resultados

O Bancoob reconhece como passivo, os valores correspondentes à participação dos funcionários e administradores nos lucros e resultados. Os cálculos são efetuados com base nas informações obtidas do acordo/convenção sindical. Tais valores estão demonstrados conforme Nota 8.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

o. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal do Bancoob ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. A composição dos passivos contingentes está demonstrada conforme Nota 22.

Os passivos contingentes são monitorados e revisados periodicamente pela Administração com vistas a obter as melhores informações disponíveis quanto aos eventos que os geraram e os possíveis desfechos de modo que o valor das perdas seja ajustado com base nas melhores estimativas conforme Nota 22.

O Bancoob reconhece contabilmente uma provisão quando se avalia a probabilidade de perda como provável e quando o montante da obrigação pode ser estimado com suficiente segurança. As situações em que o Bancoob avaliar que a chance de perda é classificada como possível serão apenas divulgadas em notas explicativas quando individualmente relevante, e as classificadas como remotas não serão provisionadas nem divulgadas.

Ativos e passivos contingentes - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.
- **Causas judiciais** - São reconhecidos contabilmente, baseados na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas, quando individualmente relevantes.
- **Obrigações legais** - São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, as quais o Bancoob tem por diretriz reconhecê-las contabilmente.

p. Tributos sobre a renda

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 20%, tendo por base de cálculo o lucro real na forma dos dispositivos legais vigentes, demonstrados conforme Nota 15.

O crédito tributário de imposto de renda foi calculado com base na mesma alíquota descrita acima e o crédito tributário de contribuição social foi calculado à alíquota de 15%, considerando o disposto na Lei nº 13.169/15. Ambos os créditos tributários são reconhecidos considerando-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em um prazo de até dez anos, conforme a Resolução CMN nº 3.355/06.

q. Distribuição de dividendos

Conforme previsão estatutária, o Bancoob distribui dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas, calculados pela aplicação do percentual de 5% sobre o lucro líquido ajustado do período, apurado de

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme Cosif. Em razão disso, não são distribuídos dividendos ou paga participação nos lucros e resultados do banco tendo como base o lucro líquido apurado nas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS.

Os valores apurados decorrentes da obrigação prevista no estatuto são reconhecidos no passivo no período a que se referem.

Dividendos propostos acima do mínimo previsto são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido e são pagos apenas depois de autorizados pela assembleia (Nota 23(d)).

Nota 5 - Receitas líquidas com juros

Receitas e despesas com juros	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Empréstimos e recebíveis de clientes		877.519	928.433
Aplicações em operações compromissadas		950.326	1.024.320
Aplicações interfinanceiras de liquidez		91.856	42.507
Letras financeiras do Tesouro		625.032	-
Letras financeiras		145.554	-
Depósitos compulsórios no Banco Central		41.691	31.648
Outros		1.484	-
Aplicações em ativos financeiros disponíveis para venda		-	1.259.855
Ativos financeiros para negociação		-	608
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		-	8.881
Total		2.733.462	3.296.252
Despesas com juros			
Depósitos de poupança		(197.605)	(208.094)
Depósitos interfinanceiros		(1.747.722)	(2.364.639)
Depósitos a prazo		(25.098)	(34.995)
Obrigações por operações compromissadas		(191.435)	(156.773)
Obrigações por empréstimos e repasses		(101.067)	(85.819)
Letras de crédito do agronegócio		(12.627)	(30.443)
Outras despesas de juros		(999)	(1.854)
Total		(2.276.553)	(2.882.617)
Receita líquida com juros		456.909	413.635

Nota 6 - Receitas líquidas de tarifas e comissões

Receitas e despesas de tarifas e comissões	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receitas de tarifas e comissões			
Convênio Sicoob	(a)	9.401	12.530
Rendas de serviços bancários		33.371	35.512
Rendas de serviços prestados de fundos		1.995	2.749
Rendas de administração de fundos		10.509	10.177
Rendas de administração de consórcios	(b)	118.876	101.814
Rendas de serviços com cartão de crédito	(c)	520.457	428.835
Rendas por antecipações de obrigações de transações de pagamento		363.201	157.291
Rendas de recebimento de concessionárias	(d)	56.909	50.402
Rendas de tarifas bancárias		74	61
Rendas com serviços de aquisição		3.327	-
Outras receitas		73.127	54.816
Total		1.191.247	854.187
Despesas de tarifas e comissões			
Prestação de serviços	(e)	(124.995)	(101.917)
Descontos concedidos		(625)	(500)
Outras despesas	(6)	(6)	(6)
Total		(125.626)	(102.423)
Receitas líquidas de tarifas e comissões		1.065.621	751.764

(a) Refere-se à prestação de serviços ao Sicoob relacionados ao processamento da COMPE, bloquetes de cobrança, microfilmagem de cheques, emissão de talonário, dentre outras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

- (b) Refere-se às rendas de administração de consórcios.
(c) Refere-se, dentre outros, aos serviços de intercâmbio, saques, cheque eletrônico, anuidade, etc., de cartões e serviços de administração de cartões de crédito.
(d) Refere-se às tarifas sobre serviços de arrecadação de concessionárias públicas.
(e) Refere-se preponderantemente às despesas com tarifas de arrecadação.

Nota 7 - Outras receitas e outras despesas operacionais

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Outras receitas operacionais			
Recuperação de encargos e despesas		6.273	16.043
Receitas de cartões de crédito		68.170	74.499
Adquirência	(a)	232.205	219.482
Outras		15.253	17.645
Total		322.901	327.669
Outras despesas operacionais			
Despesas com administração de cartões de crédito		(468.828)	(334.565)
Comissões		(32.795)	(1.901)
Adquirência		(267.259)	(182.589)
Outras		(48.221)	(50.870)
Total		(817.103)	(569.925)
Outras receitas (despesas) operacionais		(494.202)	(242.256)

- (a) Refere-se, principalmente, a comissões repassadas para as cooperativas de crédito relativo ao credenciamento de novos estabelecimentos

Nota 8 - Despesas com pessoal

Despesas	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Honorários pagos a diretores e conselheiros		12.522	11.686
Proventos	(a)	83.739	69.309
Encargos sociais	(b)	36.007	30.851
Benefícios	(c)	29.718	24.631
Treinamentos		3.626	1.958
Remuneração a estagiários		1.592	1.597
Participação dos empregados nos lucros		11.137	9.135
Total		178.341	149.166

- (a) Referem-se, principalmente, a salários, horas extras e provisões para 13º salário e férias.
(b) Referem-se, principalmente, às provisões de INSS e FGTS de funcionários.
(c) Referem-se, principalmente, aos benefícios de assistência médica, vale-transporte e vales-refeições pagos a empregados.

Nota 9 - Outras despesas administrativas

Despesas	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de água, energia, gás, manutenção e conservação	1.200	1.129
Comunicação	30.630	26.997
Material	2.008	5.654
Processamento de dados	67.215	67.741
Propaganda e publicidade	45.803	25.234
Serviços do sistema financeiro	28.331	69.192
Serviços de terceiros	36.548	48.595
Serviços técnicos especializados	12.706	18.351
Viagens	4.877	4.053
Outras despesas administrativas	17.017	3.850
Total	246.335	270.796

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

Nota 10 - Composição do caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão constituídos por:

Componentes	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades		8.436	12.167
Disponibilidades e reservas no Banco Central		8.436	12.167
Equivalentes de caixa		15.590.845	12.299.616
Aplicações interfinanceiras de liquidez (até 90 dias)	(a)	15.590.845	12.299.616
Total		15.599.281	12.311.783

(a) Os equivalentes de caixa são aplicações que possuem vencimento de até 90 dias a partir da data de aquisição do instrumento financeiro e são remunerados pelo IPCA, CDI, Selic e taxas prefixadas.

Nota 11 - Ativos financeiros ao custo amortizado

a. Composição de empréstimos e recebíveis de clientes

Grupos de empréstimos e recebíveis	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Repasse interfinanceiros		7.885.596	6.754.518
Repasse interfinanceiros		7.885.596	6.754.518
Operações de crédito		4.177.327	3.349.904
Empréstimos e títulos descontados		1.351.627	961.111
Financiamentos		722.551	603.642
Financiamentos rurais e agroindustriais		2.078.055	1.779.112
Financiamentos imobiliários		25.094	6.039
Outros recebíveis		3.308.985	2.481.351
Cartão de crédito e outros créditos		3.308.985	2.481.351
Subtotal		15.371.908	12.585.773
(-) Provisão para perdas esperadas de crédito em empréstimos e recebíveis	(a)	(89.380)	(3.173)
Total		15.282.528	12.582.600

(a) Inclui a provisão para perdas esperadas de crédito com limites de crédito concedidos e não utilizados.

Os totais acima representam a exposição máxima ao risco de crédito para o grupo de empréstimos e recebíveis de clientes.

b. Composição dos empréstimos e recebíveis por setor de atividade e prazo de vencimento

Setores de atividade	Vencidas	A vencer						2018	2017
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos		
Repasse interfinanceiros e financiamentos rurais	-	943.579	4.913.611	2.595.836	906.413	604.212	-	9.963.651	8.533.631
Intermediários	677	29.755	77.418	143.615	76.079	28.046	125	355.715	115.588
Pessoas físicas	23.777	567.017	2.461.620	366.251	154.733	13.885	-	3.609.554	2.870.068
Outros serviços	9.316	199.528	799.870	282.119	119.271	7.790	-	1.417.894	1.060.447
Habitacão	-	440	892	2.233	2.209	9.857	9.463	25.094	6.039
Total	33.770	1.740.319	8.253.411	3.390.054	1.258.705	663.790	9.588	15.371.90	12.585.77

c. Concentração dos empréstimos e recebíveis de clientes

c.1. Repasse interfinanceiros

Segmentação	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	2.977.650	37,76	2.667.945	39,50
50 maiores seguintes	3.115.594	39,51	2.531.355	37,48
100 devedores seguinte	1.667.744	21,15	1.429.558	21,16
Demais	124.608	1,58	125.660	1,86
Total	7.885.596	100,00	6.754.518	100,00

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

c.2. Operações de crédito

Segmentação	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	231.992	5,55	92.314	1,58
50 maiores seguintes	197.718	4,73	133.436	2,29
100 devedores seguinte	178.270	4,27	144.743	2,48
Demais	3.569.347	85,45	5.460.762	93,65
Total	4.177.327	100,00	5.831.255	100,00

c.3. Garantias associadas aos empréstimos e recebíveis

Modalidade	2018		2017	
	Exposição máxima	Efeito financeiro da garantia	Exposição máxima	Efeito financeiro da garantia
Empréstimos e títulos descontados	1.351.627	472.695	961.111	142.956
Financiamentos	722.551	1.131.316	603.642	606.299
Repasse interfinanceiros e financiamentos rurais e agroindustriais	9.963.651	19.728.177	8.533.630	7.802.115
Financiamentos imobiliários	25.094	48.499	6.039	11.078
Cartão de crédito e outros créditos	3.308.985	-	2.481.351	-
Total	15.371.908	21.380.687	12.585.773	8.562.448

Os valores relativos ao efeito financeiro das garantias correspondem aos valores nominais destas, na data da contratação das operações.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

d. Composição dos títulos e valores mobiliários por tipo e prazo de vencimento

Os ativos financeiros ao custo amortizado apresentam o seguinte perfil por tipo e faixa de vencimento:

Ativos financeiros ao custo amortizado	Prazos de vencimento					Valor de Curva	Valor de Mercado	Ganho (perda) não realizado	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ganho (perda) não realizado
	Sem vencimento	1 mês a 3 meses	3 meses a 6 meses	6 meses a 12 meses	Acima de 1 ano						
Títulos e valores mobiliários	5.463	1.424.529	90.020	904.531	9.757.512	12.179.789	12.182.055	2.266	-	-	-
I - Carteira própria	5.463	931.534	90.020	729.219	5.960.172	7.714.111	7.716.408	2.297	-	-	-
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	1.183	1.183	1.183	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	5.463	566.860	-	-	5.229.828	5.801.706	5.802.151	445	-	-	-
Letras Financeiras - LF	-	364.674	90.020	729.219	729.161	1.911.222	1.913.074	1.852	-	-	-
II - Carteira vinculada a recompra	-	-	-	-	718.950	719.129	718.950	(179)	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	718.950	719.129	718.950	(179)	-	-	-
III - Vinculados a prestação de garantias	-	492.995	-	175.312	3.078.390	3.746.549	3.746.697	148	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	485.031	-	-	3.069.891	3.555.165	3.554.922	(243)	-	-	-
Letras Financeiras - LF	-	7.964	-	175.312	8.499	191.384	191.775	391	-	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	69.112	327.119	1.066.688	-	1.462.919	1.462.919	-	-	-	-
Certificados de depósitos interfinanceiros (CDI)	-	69.112	327.119	1.066.688	-	1.462.919	1.462.919	-	-	-	-
(-) Provisão para perdas esperadas de crédito em títulos públicos e privados	-	-	-	-	-	(5.093)	(5.093)	-	-	-	-
Total Líquido	5.463	1.493.641	417.139	1.971.219	9.757.512	13.637.615	13.639.881	2.266	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda											
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I - Carteira própria	-	-	-	-	-	-	-	-	7.893.617	7.898.055	4.438
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	-	-	-	-	794	794	-
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	506	506	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	6.201.073	6.200.764	(309)
Letras Financeiras - LF	-	-	-	-	-	-	-	-	1.684.399	1.689.146	4.747
Cotas de fundos de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	6.844	6.844	-
II - Carteira vinculada a recompra	-	-	-	-	-	-	-	-	615.529	615.170	(359)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	615.529	615.170	(359)
III - Carteira vinculada ao Bacen	-	-	-	-	-	-	-	-	40.301	40.288	(13)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	40.301	40.288	(13)
IV - Vinculados a prestação de garantias	-	-	-	-	-	-	-	-	3.463.014	3.463.729	715
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	2.971.666	2.970.408	(1.258)
Letras Financeiras - LF	-	-	-	-	-	-	-	-	491.348	493.321	1.973
V- Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	-	-	-	-	1.820.435	1.820.435	-
Certificados de depósitos interfinanceiros (CDI)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.820.435	1.820.435	-
Total Líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	13.832.895	13.837.676	4.781

Em 31 de dezembro de 2018, o Bancoob possuía títulos vinculados à prestação de garantias no valor de R\$ 3.746.549 (2017 - R\$ 3.463.014), sendo principalmente:

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

- R\$ 1.713.715 (2017 – R\$ 2.181.893) referentes aos valores fornecidos em garantia de captações de recursos de crédito.
- R\$ 2.004.288 (2017 – R\$ 1.258.145) referentes aos valores requeridos como garantia das operações de cartões.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

e. Composição dos ativos financeiros ao custo amortizado por estágio

A seguir, é apresentada a composição dos empréstimos e recebíveis de clientes, títulos e valores mobiliário e adquirência, segregados pelos estágios de classificação da IFRS 9:

e.1. Estágio 1

Carteiras	31/12/2018
Empréstimos e recebíveis de clientes	14.986.558
Repasse interfinanceiros	7.885.597
Empréstimos e títulos descontados	1.292.731
Financiamentos	673.774
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.909.777
Financiamentos imobiliários	25.094
Cartão de crédito e outros créditos	3.199.585
Títulos e valores mobiliários	12.179.789
Títulos públicos	10.076.000
Títulos privados	2.103.789
Outros recebíveis	3.626.982
Adquirência	3.626.982
Total dos ativos financeiros classificados no estágio 1	30.793.329

e.2. Estágio 2

Carteiras	31/12/2018
Empréstimos e títulos descontados	46.286
Financiamentos	32.589
Financiamentos rurais e agroindustriais	168.139
Cartão de crédito e outros créditos	98.546
Total dos ativos financeiros classificados no estágio 2	345.560

e.3. Estágio 3

Carteiras	31/12/2018
Empréstimos e títulos descontados	12.610
Financiamentos	16.188
Financiamentos rurais e agroindustriais	138
Cartão de crédito e outros créditos	10.853
Total dos ativos financeiros classificados no estágio 3	39.790

f. Movimentação dos saldos dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

f.1. Empréstimos e recebíveis de clientes

Migração de estágios	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	12.298.323	223.013	28.484	12.549.820
Transferidos para o Estágio 1	-	(20.964)	(1.508)	(22.472)
Transferidos para o Estágio 2	(164.562)	-	(1.259)	(165.821)
Transferidos para o Estágio 3	(17.357)	(1.930)	-	(19.288)
Oriundos do Estágio 1	-	164.562	17.357	181.919
Oriundos do Estágio 2	20.964	-	1.930	22.895
Oriundos do Estágio 3	1.508	1.259	-	2.767
Ativos originados/liquidados/amortizados ou baixados para prejuízo	2.847.682	(20.380)	(5.214)	2.822.088
Total movimentado no exercício	2.688.235	122.547	11.306	2.822.088
Total geral	14.986.558	345.560	39.790	15.371.908
Sem migração de estágio	5.997.388	136.666	12.570	6.146.625

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

f.2. Títulos e valores mobiliários e adquirência

Os saldos de títulos e valores mobiliários e de adquirência não migraram entre estágios, permanecendo no estágio 1.

g. Valor justo dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Na tabela a seguir estão apresentados os valores justos estimados dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e recebíveis de clientes	-	14.901.537	-	-	12.356.714	-
Títulos públicos	10.076.023	-	-	9.826.630	-	-
Títulos privados	-	2.104.849	-	-	-	2.183.767
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	1.464.175	-	-	1.820.435	-
Total	10.076.023	18.470.561	-	9.826.630	14.177.149	2.183.767

O valor justo dos ativos financeiros é calculado mediante o desconto dos fluxos de caixa nas condições contratuais pelas taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares.

h. Modificação nos fluxos de caixas contratuais

Os créditos renegociados no exercício de 2018 totalizaram R\$ 27,9 (2017 - R\$ 123.433) e decorrem de operações de Crédito Consignado, Crédito Rural e Empréstimos, que correspondem a contratos renegociados por inadimplência.

i. Recuperação de crédito de ativos financeiros baixados como prejuízo

A recuperação de créditos baixados como prejuízo no exercício de 2018 totalizou R\$ 4.041 (2017 - R\$ 4.723).

Nota 12 - Provisões para perdas esperadas de crédito em ativos financeiros

As provisões para perdas esperadas de crédito para ativos financeiros são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica de "Provisão para perdas esperadas de crédito". A seguir estão apresentadas as perdas esperadas de crédito segregadas por estágios e produtos, bem como a movimentação da provisão no período.

a. Composição do saldo das provisões para perdas de crédito esperadas por classificação de ativo financeiro

Ativos financeiros ao custo amortizado	31/12/2018			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
I - Empréstimos e recebíveis de clientes	70.451	2.369	14.986	87.806
Repasses interfinanceiros	24.170	-	-	24.170
Empréstimos e títulos descontados	11.882	656	10.252	22.790
Financiamentos	7.944	404	4.449	12.797
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.151	194	2	1.347
Financiamentos imobiliários	92	-	-	92
Cartão de crédito e outros créditos	25.212	1.115	283	26.610
II - Títulos e valores mobiliários	5.093	-	-	5.093
Títulos públicos	3.021	-	-	3.021
Títulos privados	2.072	-	-	2.072
III - Outros ativos	1.732	-	-	1.732
Adquirência	1.732	-	-	1.732
Total geral	77.276	2.369	14.986	94.631

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

As provisões para perdas de crédito esperadas foram reconhecidas na rubrica "Provisão para perdas esperadas de crédito", dentro do grupo de empréstimos e recebíveis de clientes, conforme Nota 11(a).

b. Movimentação dos saldos das provisões para perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Migração de estágios	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	67.232	1.132	11.278	79.643
Movimentos com impacto no resultado				
Transferidos para o Estágio 1	-	(85)	(18)	(103)
Transferidos para o Estágio 2	(1.541)	-	(19)	(1.560)
Transferidos para o Estágio 3	(7.465)	(1.350)	-	(8.815)
Oriundos do Estágio 1	-	1.541	7.465	9.006
Oriundos do Estágio 2	85	-	1.350	1.435
Oriundos do Estágio 3	18	19	-	37
Ativos originados/liquidados/amortizados ou baixados para prejuízo	12.122	1.111	(5.070)	8.163
Total com movimento no resultado	3.219	1.236	3.708	8.163
Total	70.451	2.369	14.986	87.806
Sem migração de estágio	41.419	451	3.025	44.894

c. Movimentação dos saldos das provisões para perdas de crédito esperadas para os limites de crédito concedidos e não utilizados

Migração de estágios	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	869	28	20	916
Movimentos com impacto no resultado				
Transferidos para o Estágio 1	-	(5)	(1)	(6)
Transferidos para o Estágio 2	(57)	-	(1)	(58)
Transferidos para o Estágio 3	(15)	(3)	-	(18)
Oriundos do Estágio 1	-	57	15	72
Oriundos do Estágio 2	5	-	3	8
Oriundos do Estágio 3	1	1	-	2
Ativos originados	629	16	13	658
Total com movimento no resultado	562	67	29	658
Total	1.431	95	48	1.574
Sem migração de estágio	1.070	25	12	1.107

Nota 13 - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)

a. Composição por título e prazo de vencimento

Ativos financeiros	Prazo de vencimento	31/12/2018	31/12/2017
Notas do Tesouro Nacional - NTN	Até 3 meses	19.710	-
Cotas de fundos de investimento	Sem vencimento	9.158	-
Outros	Sem vencimento	17	-
Ativos financeiros para negociação		-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN		-	20.798
Letras financeiras do Tesouro		-	5.134
Letras financeiras - LF		-	2.437
Total		28.885	28.369

Os ativos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR) não estão sujeitos à redução no valor recuperável, sendo assim, nenhuma provisão para perdas é constituída. O valor de R\$ 28.885 (2017 – R\$ 28.369) representa a exposição máxima ao risco de crédito para estes instrumentos.

As rendas dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR) totalizaram em 2018, R\$ 2.510 (2017 – R\$ 2.546).

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

b. Segregação por hierarquia de valor justo

	31/12/2018		31/12/2017	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Notas do Tesouro Nacional - NTN	19.710	-	20.798	6.844
Cotas de fundos de investimento	-	9.158	-	-
Outros	-	17	-	-
Total	19.710	9.175	20.798	6.844

Nota 14 - Outros ativos

Ativos	31/12/2018	31/12/2017
Rendas a receber de serviços prestados	31.589	14.385
Adiantamentos e antecipações salariais	4.750	4.287
Adiantamento por conta de imobilizações	753	582
Depósitos em garantias	2.857	1.658
Tributos a compensar	126.980	107.097
Pagamentos a ressarcir	81.739	63.919
Valores a receber de transações de pagamentos	3.626.982	3.264.791
Títulos e créditos a receber	4.970	9.389
Valores a receber - FD	155.687	-
Outros	126.960	86.077
Subtotal	4.163.267	3.552.185
(-) Perdas de crédito esperadas em adquirência	(1.732)	-
Total	4.161.535	3.552.185

Nota 15 - Créditos tributários, imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido

a. Composição

Itens	31/12/2018		31/12/2017	
	Imposto de renda	Contribuição social (a)	Imposto de renda	Contribuição social (a)
Perdas esperadas em ativos financeiros	96.206	96.206	3.174	3.174
Taxa efetiva de juros	15.340	15.340	11.063	11.063
Passivos civis e trabalhistas	13.154	13.154	3.668	3.668
Ajuste a valor de mercado (MtM)	-	-	1.941	1.941
Participação nos resultados	11.143	11.143	9.377	9.377
Comissão programa de aceleração SIPAG	2.248	2.248	1.816	1.816
FGTS 50% - diretoria	1.650	1.650	1.358	1.358
Provisões campanha nacional de vendas	16.184	16.184	5.751	5.751
Bonificação cartão	104.573	104.573	84.085	84.085
Honorários advocatícios	1.518	1.518	1.519	1.519
Outras provisões	13.385	13.385	4.961	4.961
Montante	275.401	275.401	128.713	128.713
Aliquotas	25%	15%	25%	20%
Créditos tributários constituídos	68.850	41.343	32.178	25.742

(a) O crédito tributário da Contribuição Social foi constituído sobre as diferenças temporárias com base na alíquota de 20%, até dezembro de 2018, e 15% a partir de janeiro de 2019, conforme Lei 13.169/15.

b. Movimentação

	31/12/2018		31/12/2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Saldo em 31 de dezembro de 2017				
Crédito tributário (ativo)	32.178	25.742	11.495	9.196
Imposto diferido (passivo)	19.013	12.568	18.708	12.427
	51.191	38.310	30.203	21.623
Ajuste em resultado	11.864	5.833	1.705	1.597
Créditos tributários constituídos	19.199	24.108	11.887	6.477
Créditos tributários baixados	(5.473)	(17.093)	(9.876)	(4.739)
Movimentação passivo diferido	(1.862)	(1.182)	(306)	(141)
Ajuste em patrimônio líquido (TVM)	-	-	(3.093)	(1.871)
Créditos tributários constituídos	-	-	2827	2.833
Créditos tributários baixados	-	-	(5.449)	(4.440)
Movimentação passivo diferido	-	-	(471)	(264)

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

Movimentação	11.864	5.833	(1.388)	(274)
Saldo em 31 de dezembro de 2018				
Crédito tributário (ativo)	68.850	41.343	32.178	25.742
Imposto diferido (passivo)	17.152	11.385	19.014	12.568
	86.002	52.728	51.192	38.310

c. Expectativa de realização do crédito tributário

Com base em estudo realizado pela administração, considerando-se a expectativa de geração de resultados tributáveis, a realização do crédito tributário se dará em até 5 anos, assim distribuídos:

Anos	Valor nominal
2019	90.115
2020	6.633
2021	1.573
2022	8.768
2023	1.579
2024 a 2028	1.525
Total de créditos tributários	110.193

O valor presente do crédito tributário foi apurado considerando-se a taxa Selic projetada para os anos de realização.

d. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Conciliação	31/12/2018		31/12/2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	432.267	432.267	338.821	338.821
Resultado de participações em controladas	(9.564)	(9.564)	(4.533)	(4.533)
Participação nos lucros e resultados	(11.137)	(11.137)	(9.135)	(9.135)
Base de cálculo	411.565	411.565	325.153	325.153
Alíquota de tributação	25%	20%/9%	25%	20%/9%
	102.891	82.314	85.338	64.017
Efeito tributário sobre diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.115)	(4.092)	3.061	2.450
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	2.420	1.935	422	341
Demais provisões	9.833	8.130	22.780	11.456
	7.138	5.973	26.263	14.247
Efeitos tributários sobre diferenças permanentes	11.907	6.146	2.894	2.382
Prejuízo fiscal/Base negativa a compensar	(1)	(1)	-	-
PAT	(887)	-	(813)	-
Patrocínio - Rouanet	(1.881)	-	(2.180)	-
Patrocínio - Lei do Esporte	(462)	-	-	-
Prorrogação licença maternidade	(185)	-	(237)	-
Prorrogação licença paternidade	(66)	-	-	-
	(3.482)	(1)	(3.230)	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	118.454	94.432	111.265	80.646
Imposto de renda e contribuição social a pagar - exercícios anteriores	41	7	-	-
Total de imposto de renda e contribuição social a pagar	118.495	94.439	111.265	80.646

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

Nota 16 - Investimentos

Empresas	Nota	31/12/2018		31/12/2017	
		Investimento	Resultado de equivalência	Investimento	Resultado de equivalência
Sicoob Seguradora	(a)	34.378	9.565	24.814	4.533
Outros investimentos	(b)	26.909	-	26.115	-
Outros		-	-	1.077	-
Total		61.287	9.565	52.006	4.533

(a) Investimento mantido pela Bancoob PAR Seguridade S/A na Sicoob Seguradora.

(b) Imóvel para investimento mantido por fundo imobiliário.

Nota 17 - Imobilizado

Movimentação	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	11.443	84.768	3.660	3.952	416	104.239
Aquisição	-	21.234	2.623	22.408	186	46.451
Alienação	-	-	(12)	-	(22)	(34)
Depreciação	-	(2.341)	(924)	(2.125)	(112)	(5.502)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	11.443	103.661	5.347	24.236	468	145.154
Custo total	11.443	113.853	11.571	37.285	904	175.056
Depreciação acumulada	-	(10.192)	(6.224)	(13.050)	(436)	(29.902)
Valor residual	11.443	103.661	5.347	24.236	468	145.154
Saldos em 31 de dezembro de 2017	11.443	103.661	5.347	24.236	468	145.154
Aquisição	-	-	2.108	3.916	256	6.279
Alienação	-	-	(273)	(27)	-	(300)
Depreciação	-	(3.449)	(1.148)	(6.175)	(123)	(10.895)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	11.443	100.212	6.034	21.949	601	140.239
Custo total	11.443	113.865	12.413	39.427	1.050	178.198
Depreciação acumulada	-	(13.653)	(6.379)	(17.478)	(449)	(37.959)
Valor residual	11.443	100.212	6.034	21.949	601	140.239
Total	11.443	100.212	6.034	21.949	601	140.239
Taxas anuais de depreciação %	-	1,67%	10%	20%	10%	

Nota 18 - Intangível

a. Softwares

Movimentação	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	6.828
Aquisição	5.733
Alienação	(194)
Amortização	(2.455)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	9.912
Custo total	22.046
Amortização acumulada	(12.134)
Valor residual	9.912
Saldos em 31 de dezembro de 2017	9.912
Aquisição	2.472
Alienação	(2)
Amortização	(3.088)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	9.294
Custo total	24.515
Amortização acumulada	(15.221)
Valor residual	9.294
Taxas anuais de amortização %	20%

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

b. Ágio em combinações de negócios e teste de *impairment*

Os ágios gerados nas combinações de negócios envolvendo o “Consórcio Ponta” e a “Cabal Brasil Ltda.” foram reconhecidos levando-se em conta a avaliação do valor justo para os ativos identificáveis e para os passivos assumidos na data-base da aquisição do controle.

O teste de *impairment* foi efetuado para os ágios registrados contabilmente em 2018, no valor de R\$ 3.090 (2017 – R\$ 3.090), relativo à aquisição do controle do “Consórcio Ponta” e de R\$ 21.346 (2017 – R\$ 21.346), relativo à aquisição do controle da Cabal Brasil Ltda. ocorrida em 2015.

Para determinar se houve perda no valor recuperável, o valor contábil do ágio reconhecido foi comparado com o valor presente líquido dos fluxos de caixa projetados para o Consórcio Ponta e para a Cabal Brasil Ltda.

Os fluxos de caixa levam em conta projeções de crescimento e rentabilidade para ambos os segmentos, considerando informações macroeconômicas, como taxa de juros (Selic) e inflação (Projeções para o IPCA), além de informações de crescimento e rentabilidade dos negócios, como os retornos esperados e os custos aplicados em uma escala de perpetuidade. A taxa de desconto utilizada foi o custo de capital do próprio negócio, antes dos impostos. O resultado do teste de *impairment* não apresentou necessidade de contabilização de perdas no ágio registrado nas demonstrações contábeis.

Nota 19 - Passivos financeiros ao custo amortizado

a. Depósitos

Depósitos	Prazo de vencimento						31/12/2018	31/12/2017
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano		
À vista	42.597	-	-	-	-	-	42.597	40.003
De poupança	5.239.265	-	-	-	-	-	5.239.265	3.891.630
Interfinanceiros	-	2.588.514	3.382.777	2.846.644	16.095.768	2.114.229	27.027.932	23.192.543
Interfinanceiros rurais	-	157.265	-	876.151	1.580.220	232.608	2.846.244	3.426.398
A prazo	-	45.607	1.071	6.345	7.379	387.799	448.201	326.561
Total	5.281.862	2.791.386	3.383.848	3.729.140	17.683.367	2.734.636	35.604.239	30.877.135
Circulante							32.869.603	28.761.974
Não circulante							2.734.636	2.115.161

b. Obrigações por operações compromissadas

Carteiras	Prazo de vencimento					31/12/2018	31/12/2017
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano		
Própria	-	326.250	340.811	50.494	-	717.555	614.264
De terceiros	1.398.589	1.172.363	-	-	-	2.570.952	2.047.640
Total	1.398.589	1.498.613	340.811	50.494	-	3.288.507	2.661.904
Circulante						3.288.507	2.661.904
Não circulante						-	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

c. Letras de crédito do agronegócio - LCAs

	Prazo de vencimento					31/12/2018	31/12/2017
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano		
Letras de crédito do agronegócio	33.432	51.413	52.200	70.819	12.660	220.524	337.753
Total	33.432	51.413	52.200	70.819	12.660	220.524	337.753
Circulante						207.864	337.070
Não circulante						12.660	683

As letras de crédito do agronegócio (LCAs) estão lastreadas por operações de cédula de produtor rural (CPR) emitidas com taxas pré ou pós-fixadas.

d. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por repasses de instituições do País estão representadas por recursos obtidos por meio do BNDES/Finame, Tesouro Nacional, Banco do Brasil e Funcafé, com vencimento até 2038 e com encargos financeiros de até 11,31 % a.a.

Repasses	Nota	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	31/12/2018	31/12/2017
Bacen MCR 6-2 e 6-7	(a)	-	-	-	-	-	-	-	479.438
BNDES		82.982	227.491	505.651	386.815	464.803	125	1.667.867	1.432.583
Banco do Brasil/FCO		1.935	10.293	21.080	7.551	1.569	-	42.428	54.558
FINAME		34.513	141.182	285.895	201.742	91.575	-	754.907	686.768
Funcafé		91.346	181.463	51.691	-	-	-	324.500	364.024
Total		210.776	560.429	864.317	596.108	557.947	125	2.789.702	3.017.371
Circulante								771.205	1.192.051
Não circulante								2.018.497	1.825.320

e. Valor justo dos passivos financeiros ao custo amortizado

Passivos financeiros	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Depósitos	35.659.399	35.604.239	30.871.293	30.877.135
Obrigações por operações compromissadas	3.288.692	3.288.507	2.662.383	2.661.904
Letras de crédito do agronegócio	219.855	220.524	336.903	337.753
Obrigações por empréstimos e repasses	2.789.702	2.789.702	3.017.371	3.017.371
Total	41.957.648	41.902.972	36.887.950	36.894.163

Nota 20 - Outros passivos

Passivos	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações com participantes de sistemas de liquidação		-	24.940
Recursos em trânsito de terceiros		14.504	12.526
Adquirência	(a)	5.393.207	4.579.592
Valores a pagar de despesas administrativas		276.446	114.296
Obrigações de cartão de crédito	(b)	179.000	186.230
Valores a pagar <i>Del Credere</i>	(c)	27.883	24.293
Obrigações com convênios oficiais - INSS		31.574	32.069
Valores a pagar arrecadação		8.691	10.196
Sociais e estatutárias		13.348	18.148
Impostos e contribuições sobre salários		4.658	4.968
Obrigações por recursos de consorciados	(d)	7.731	5.151
Valores a pagar outros cotistas de fundos		5.492	8.476
Outras		154.177	48.275
Total		6.116.711	5.069.160

(a) Referem-se aos valores a pagar decorrentes de transações de pagamentos - adquirência.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

- (b) Corresponde às obrigações assumidas com a bandeira Mastercard e lojistas da rede Cabal, pelas transações efetuadas pelos portadores de cartão.
- (c) Refere-se ao pagamento às cooperativas pela liquidação de parcelas de operações do BNDES e Funcafé no valor de 50% do *spread* recebido pelo Banco dos órgãos oficiais.
- (d) Referem-se aos valores dos recursos dos grupos encerrados não procurados pelos consorciados.

Nota 21 - Garantias financeiras prestadas

O Bancoob concede garantias às cooperativas integrantes do Sicoob. Estas garantias podem ser concedidas na forma de avais e fianças e somavam em 31 de dezembro de 2018, R\$ 20.597 (2017 – R\$ 6.456). Em 2018 foi constituída uma provisão no valor de R\$ 148 (2017 - R\$ 59).

Nota 22 - Passivos, contingências e obrigações legais

As ações judiciais e administrativas fiscais nas quais o Bancoob é parte são classificadas pelos advogados externos e internos. A opinião jurídica leva em conta a natureza jurídica da causa, sua especificidade e a jurisprudência dos tribunais superiores.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais passivas obedecem a Resolução CMN 3.823/2009, conforme resumimos a seguir:

A provisão é reconhecida somente quando: **(a)** o Bancoob tem uma obrigação legal ou não formalizada, presente, como consequência de um evento passado; **(b)** é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e **(c)** o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não é reconhecida.

Com base nessas premissas, quando for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, o Bancoob reconhece uma provisão e, quando não for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, a Instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

A administração do Bancoob entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais, conforme demonstrado a seguir:

a. Obrigações legais classificadas como “risco de perda provável”

As obrigações legais classificadas como risco de perda provável e que puderam ter os valores estimados com suficiente segurança, são provisionadas e estão apresentadas por natureza no quadro a seguir, com as respectivas movimentações ocorridas no exercício. Os depósitos judiciais estão registrados no grupo “Outros ativos”.

a.1. Composição dos saldos patrimoniais

Causas	31/12/2018		31/12/2017	
	Depósitos Judiciais	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões
Fiscais	1.294	1	361	387
Trabalhistas	846	2.469	824	1.757
Cíveis	803	10.934	476	2.168
Total	2.943	13.404	1.661	4.312

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

a.2. Movimentação das provisões para causas judiciais

	31/12/2018			31/12/2017	
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	387	1.757	2.110	4.254	2.566
Constituições no exercício	1	1.287	9.695	10.984	3.912
Utilizações no exercício	-	(269)	(654)	(923)	(1.143)
Reversões no exercício	(386)	(306)	(218)	(911)	(1.023)
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	2	2.469	10.933	13.404	4.312

a.3. Natureza das ações classificadas como “risco de perda provável”

- i. **Fiscais** - referem-se aos depósitos judiciais de contribuições previdenciárias.
- ii. **Trabalhistas** - referem-se, basicamente, a jornada extraordinária além da 6ª hora.
- iii. **Cíveis** - referem-se, basicamente, a cláusulas contratuais, inscrição em cadastro de proteção ao crédito e danos morais.

b. Contingências classificadas como “risco de perda possível”

As ações classificadas como risco de perda possível não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas, quando o valor envolvido for relevante. Nesta classificação estão as seguintes contingências: (i) ações cíveis que discutem a solidariedade do Bancoob quanto a depósitos feitos em cooperativas; (ii) ação cível que discute a responsabilidade indenizatória do Bancoob por erro cometido por cooperativa; (iii) ações de natureza trabalhista; (iv) ações administrativas fiscais previdenciárias (FAP, Bolsa de Estudos e PIS); (v) ação anulatória de lançamento fiscal ajuizada pelo Banco. O auto de infração que se pretende desconstituir através da ação anulatória, refere-se ao valor deduzido pelo Bancoob em 2008 na base de cálculo de tributos. A dedução decorreu da natureza indenizatória do valor pago pelo Bancoob, conforme deliberação da AGE, em decorrência de falha na prestação de serviço de responsabilidade do banco.

Devido às incertezas na apuração de eventual valor econômico envolvido em uma possível condenação e atual estágio das causas classificadas como perdas possíveis, o valor do efeito financeiro divulgado pelo Bancoob é o valor original de causa não atualizado.

c. Saldo dos passivos contingentes classificados como “risco de perda possível”

Causas	31/12/2018	31/12/2017
Trabalhistas	13.183	12.113
Fiscais/Previdenciárias	31.902	19.388
Cíveis	135.830	96.021
Total	180.915	127.522

Nota 23 - Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social é composto atualmente por 829.448.865 (2017 – 741.656.681) ações, sendo 417.000.482 ações ordinárias (2017 – 372.863.484) e 412.448.383 ações preferenciais (2017 – 368.793.197), todas sem valor nominal. Em 2018, houve integralização de capital no valor de R\$ 165.910 (2017 – R\$ 195.063).

As ações ordinárias conferem ao titular, o direito a voto nas assembleias gerais. As ações preferenciais não possuem esta prerrogativa. No entanto, estas ações possuem, conforme previsão estatutária: i)

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

prioridade na distribuição de dividendos não cumulativos, correspondente à sua participação no rateio do dividendo obrigatório; ii) direito de participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, depois de garantida a tais ações, participação idêntica à que se refere o inciso i, nas distribuições de lucros sociais, sob a forma de dividendos, bonificações ou a qualquer título; iii) direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, nas capitalizações de lucros e reservas do Banco, inclusive nos casos de valorização ou reavaliação do ativo imobilizado; iv) preferência no reembolso do capital, até o valor de sua participação no capital social, por eventual liquidação do Bancoob, sendo, a seguir, reembolsadas as ações ordinárias até o valor de sua respectiva participação no capital social; e v) no seu conjunto, direito de eleger um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, na forma do disposto no § 1º, do Artigo 26 do Estatuto.

b. Reserva legal

O saldo de R\$ 51 (2017 - R\$ 45) refere-se ao ganho na alienação de ações em tesouraria.

c. Reserva de lucros

O estatuto do Bancoob destina 5% do lucro líquido ajustado do período à formação de reserva de lucros. Foram destinados R\$ 11.454 (R\$ 8.732 em 2017).

Foi constituída a Reserva de Lucros – Outras, no valor de R\$ 206.737 (R\$ 157.614 em 2017), a ser destinada na próxima assembleia.

d. Dividendos

O estatuto do Bancoob assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 5% do lucro líquido ajustado do exercício, apurados sobre o lucro líquido de acordo com o Cosif. Foram provisionados dividendos no montante de R\$ 10.881, equivalentes a R\$ 13,12 por lote de mil ações (2017 - R\$ 8.295, equivalentes a R\$ 11,19 por lote de mil ações).

e. Ajustes de avaliação patrimonial

Representados pelo custo atribuído do imobilizado. Em 2018, o valor total dos ajustes de avaliação patrimonial era de R\$ 27.707 (2017 – R\$ 30.960).

f. Participação dos acionistas não controladores

Refere-se à participação dos acionistas minoritários nas empresas Bancoob Distribuidora de Valores Mobiliários Ltda. ("Bancoob DTVM"), Ponta Administradora de Consórcios Ltda. ("Consórcio Ponta") e Cabal Brasil Ltda. Em 2018, o total da participação dos acionistas não controladores era de R\$ 8.220 (2017 – R\$ 7.238).

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

Nota 24 - Transações com partes relacionadas

a. Cooperativas do Sicoob

A seguir estão apresentados os saldos das transações realizadas com as cooperativas do Sicoob:

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		8.117.157	8.556.872
Operações de crédito e repasses interfinanceiros		8.084.021	8.548.328
Valores a receber		3.674	7.742
Despesas antecipadas - Comissão	(a)	29.462	802
Passivo		29.975.715	24.359.561
Depósitos		27.025.113	23.172.011
Operações compromissadas		1.889.918	1.149.191
Valores a pagar		1.060.684	38.359
Receitas		743.901	787.524
Operações de crédito e repasses interfinanceiros		531.454	624.262
Outras receitas		212.447	163.262
Despesas		2.207.798	2.432.267
Captação		1.736.664	2.169.656
Outras despesas		471.134	262.611

(a) Comissões não qualificáveis para cômputo na taxa efetiva de juros.

b. Empresas controladas pelo Bancoob

A seguir estão apresentados os saldos das subsidiárias do Bancoob:

	Bancoob DTVM		Bancoob PAR		Cabal		Consórcio Ponta	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Ativo	23	15	-	-	109	70	90	95
Valores a receber	23	15	-	-	109	70	90	95
Passivo	5.004	4.271	507	512	64.959	44.338	104	43.830
Depósitos à vista	19	3	1	4	15.030	5.796	41	526
Depósitos a prazo	4.985	4.268	506	508	40.677	38.542	63	43.304
Valores a pagar	-	-	-	-	9.252	-	-	-
Despesas	148	163	15	27	30.730	26.881	1.881	1.409
Despesas de captação	148	163	15	27	1.168	1.281	1.881	1.409
Despesas administrativas	-	-	-	-	29.562	25.600	-	-
Receitas	-	-	-	-	8	8	453	242
Receitas diversas	-	-	-	-	8	8	453	242

c. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. Nas assembleias gerais realizadas anualmente, é estabelecida a remuneração máxima agregada para o Conselho de Administração e para a Diretoria Executiva.

A remuneração paga ou a pagar aos diretores e aos conselheiros está demonstrada a seguir:

Itens	31/12/2018	31/12/2017
Honorários	9.690	8.972
Encargos	3.577	3.489
Benefícios	2.440	2.228
Total	15.707	14.689

Não é prática adotada pelo Bancoob pagar remuneração variável com base em ações aos seus colaboradores ou aos membros dos conselhos e diretoria.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

A Instituição não concede empréstimos aos diretores, membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e Comitê de Auditoria em razão de proibição expressa às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nota 25 - Outras informações

a. Seguros

O Bancoob adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

b. Participação nos lucros e resultados - PLR

O Bancoob e a Bancoob DTVM oferecem aos funcionários participação nos lucros (PLR), calculada conforme acordo coletivo de trabalho. No exercício de 2018, foram provisionados os valores de R\$ 11.137 (2017 – R\$ 9.135) apresentados no grupo “Despesas com pessoal”, conforme Nota 8.

Nota 26 - Eventos subsequentes

a. Carteira de câmbio

O Bancoob, com a visão de ser a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados e com o objetivo de alavancar o portfólio de produtos, iniciou os estudos de viabilidade para estruturação da operação de câmbio e comércio exterior.

A abertura da carteira de câmbio foi autorizada em 28 de setembro de 2018, conforme publicação no Diário Oficial da União, em 2 de outubro de 2018. As operações de câmbio foram iniciadas em janeiro de 2019.

Nota 27 - Gerenciamento de riscos financeiros

a. Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Bancoob, com base nas políticas, estratégias, processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A alocação de recursos, a definição de responsabilidades e de processos e a aplicação das melhores práticas de gerenciamento de riscos conferem maior transparência, eficácia e tempestividade às operações.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

Os riscos considerados relevantes e que fazem parte do gerenciamento integrado de riscos são:

a) Financeiros: risco de crédito, risco de mercado, risco de variação das taxas de juros e risco de liquidez.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

b) Não Financeiros: risco operacional, risco socioambiental, risco de imagem, risco de conformidade, risco de estratégia, gestão de continuidade de negócios (GCN) e prevenção à lavagem de dinheiro (PLD).

O Bancoob adota mapa de interações entre riscos, publicado em manual específico, para indicar as correlações existentes entre os riscos.

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gestão de riscos na Instituição.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo, aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

Visando otimizar a delegação e coordenação de tarefas essenciais ao gerenciamento de riscos, o Bancoob adota modelo de três linhas de defesa, com a seguinte caracterização:

- a) **1ª linha:** controles e gestão operacional aplicados pelas áreas que assumem riscos;
- b) **2ª linha:** áreas específicas para desempenho das atividades de controles internos, gerenciamento de riscos e conformidade, de forma integrada;
- c) **3ª linha:** avaliação independente da Auditoria Interna.

A cultura de riscos é disseminada por meio de processo estruturado, com base em treinamentos específicos. Informações sobre os níveis de apetite por riscos apresentados na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), políticas, estratégias e processos relacionados ao gerenciamento integrado de riscos são disseminadas na Instituição.

O Programa de Testes de Estresse (PTE) está inserido no gerenciamento integrado de riscos do Bancoob e tem o objetivo de identificar impactos de eventos e circunstâncias adversas na Instituição ou em um portfólio, por meio de exercícios de testes de estresse de sensibilidade.

Para dar suporte a essa estrutura, o Bancoob dispõe de área especializada para gerenciamento de riscos, segregada das unidades de negócios e da unidade executora da atividade de auditoria interna, com o objetivo de assegurar, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na RAS.

Os órgãos de governança, comitês e a alta administração acompanham permanentemente as atividades e os indicadores de gerenciamento de riscos, de forma a garantir a eficiência e eficácia do modelo de controle.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para o gerenciamento de riscos.

O Comitê de Riscos (Coris) é responsável por apoiar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições.

No nível executivo, o diretor para gerenciamento de riscos (CRO) é responsável pela atividade de gerenciamento contínuo e integrado de riscos. Suas atividades são acompanhadas no âmbito do Comitê de Riscos.

A Auditoria Interna desempenha o papel de promover a avaliação independente das atividades, sistemas, modelos e procedimentos desenvolvidos na Instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontram-se disponíveis no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo das estruturas de gerenciamentos de riscos e de gerenciamento de capital e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

a.1. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da incerteza de uma contraparte honrar seus compromissos. O gerenciamento do risco de crédito do Bancoob possui como diretriz a Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O Bancoob é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do seu conglomerado e fundação patrocinada, conforme prevê o inciso II do art. 2º da Resolução CMN 4.557/2017, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o Bancoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O Bancoob realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das operações de crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- b) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- c) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- d) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- e) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- f) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- g) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- h) área responsável pelo cálculo e projeção do capital regulamentar necessário, bem como do nível de provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- i) modelos para avaliação do risco de crédito do cliente, de acordo com o público tomador, que levam em conta características específicas das contrapartes e questões setoriais e macroeconômicas;
- j) limites portfolizados de crédito para cada cliente e limites globais por carteira;
- k) modelo para avaliar o impacto na provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como no capital regulamentar e índice de Basileia, em condição extrema de risco de crédito.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

i. Definição de ativo problemático e cura

O Bancoob considera como um instrumento financeiro inadimplente e, conseqüentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de PE:

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

i.1. Pessoa física e pessoa jurídica

Todos os casos que se encontram vencidos a mais de 90 dias em relação aos pagamentos contratuais, renegociação advinda de operação de crédito com atraso superior a 60 dias, honra de aval da cooperativa nas operações de cartão de crédito e verificação de ação judicial, anotação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da contraparte.

i.2. Cooperativa

Caso ocorra, o ativo problemático de uma operação de crédito com cooperativas de crédito é detectado quando se verifica eventual rejeição de possível incorporação, dada a necessidade de ocorrência. Não há critério de cura para o modelo de cooperativas.

ii. Classificações internas de risco e processo de estimativa da probabilidade de inadimplência (*probability of default - PD*)

O Bancoob possui modelo de classificações de risco de crédito (*ratings*) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

Quando aplicável, também são utilizadas as classificações de risco de crédito atribuídas por agências de ratings, principalmente em operações que têm como contraparte outras instituições financeiras (empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, Operações de compra com compromisso de revenda e instrumentos de dívida privados), governo federal (instrumentos de dívida públicos) e outras entidades privadas (instrumentos de dívida privados).

iii. Mensuração do risco de crédito

iii.1. Exposição no momento da inadimplência (*Exposure at default - EAD*)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros, exceto limites e garantias financeiras prestadas sujeito ao cálculo das perdas esperadas (PE), considerando a capacidade do cliente em aumentar sua exposição enquanto se aproxima da inadimplência e o potencial de ocorrência de pagamentos antecipados.

Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto, com base na análise dos dados de inadimplência recentes do Bancoob.

Para as garantias financeiras, a exposição na inadimplência é considerada o valor concedido como garantia.

iii.2. Perda em caso de inadimplência (*Loss given default - LGD*)

O Bancoob utiliza tabela de LGD definida com base em estudos internos de toda a cadeia de garantias versus operações.

iii.3. Aumento significativo de risco de crédito

O Bancoob monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação PE *Lifetime*, o Bancoob avalia se

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

houve um aumento significativo de risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

Considerando as pessoas físicas e jurídicas, o aumento significativo de risco de uma operação de crédito é detectado quando se verifica ao menos uma das seguintes ocorrências:

- Atraso entre 31 e 90 dias;
- Deterioração do risco do tomador;
- Renegociação não mandatária advinda de operação de crédito com até 60 dias de atraso; e
- Verificação de prejuízo no SFN.

Não foi identificada necessidade de definição de estágio 2 de risco para as cooperativas, pelo caráter qualitativo de avaliação.

iii.4. Agrupamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas

Conforme mencionado na nota 4, letra f, o Bancoob calcula as perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de empréstimos e adiantamentos a clientes.

Essas exposições são agrupadas considerando critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de produto; e
- Safra de concessão da operação de crédito ao tomador.

a.2. Riscos de mercado e de variação das taxas de juros

O Bancoob aderiu à Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros do Bancoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros prevê:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:
 - a.1) valor em risco (*Value at Risk – VaR*);
 - a.2) descasamentos para avaliação de impacto na margem financeira;
 - a.3) limites máximos de riscos de mercado e de variação das taxas de juros;
 - a.4) realização periódica de backtests dos modelos de cálculo de riscos de mercado e de variação das taxas de juros;
 - a.5) aplicação de cenários de estresse;
 - a.6) definição de planos de contingência;
- b) realização de testes de avaliação dos sistemas de controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros;
- c) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros;
- d) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

O Bancoob estrutura o gerenciamento do risco de mercado utilizando as boas práticas e modelos consolidados de avaliação. Para o cálculo do risco de mercado são utilizadas metodologias padronizadas de acordo com os fatores de risco para os instrumentos classificados na carteira de negociação (*trading*).

Para as parcelas de risco de mercado RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWacom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

O gerenciamento do risco de variação das taxas de juros para a carteira bancária (*banking*) utiliza as boas práticas e modelos consolidados de avaliação. São adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtest*).

A métrica adotada para cálculo do risco de variação das taxas de juros da carteira bancária (*banking*) é o *Value at Risk* - VaR (Valor em Risco), que mede a perda máxima estimada para determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado um intervalo de confiança estabelecido.

São realizados testes de estresse mensais, com o objetivo de aferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

As análises de sensibilidade estão incluídas nos testes de *stress*, por meio da utilização dos cenários, divulgados pela BM&FBovespa.

As metodologias aplicadas no cálculo de perdas em cenários de *stress* são:

- **Simulação Histórica** - reprecifica a carteira atual utilizando a pior variação mensal do mercado apurada no histórico dos últimos 10 anos.
- **Cenários Econômicos** - considera os cenários de alta e baixa disponibilizados pela BM&FBovespa, para avaliar a sensibilidade do risco dado à mudança de comportamento na taxa de juros.
- **Análise de GAP (Carteira de Crédito Rural)** - compreende o fluxo de operações no âmbito dos Depósitos Interfinanceiros Rurais (DIR). A situação extrema considera a não renovação das captações (*funding*), tendo as aplicações que ser carregadas até o vencimento pelas taxas de mercado.

O indicador de Necessidade de Suporte (NS) para risco de mercado em situações de stress é calculado pela seguinte fórmula: NS (*Stress Mercado*) = Mínimo (Simulação Histórica; Cenários Econômicos; Análise de GAP).

	2018		2017	
Necessidade de Suporte (NS)				
Necessidade de Suporte (NS)	(148.283)		(126.490)	
Cenários de Stress	Resultados Stress	Pior data	Resultados Stress	Pior data
1) Simulação Histórica	(130.725)		(82.685)	
2) Cenário BM&F de Alta 9999	(148.283)	20/06/2013	(126.490)	20/06/2013
3) Cenário BM&F de Baixa 10000	185.884		160.297	
4) GAP - Carteira Crédito Rural	(6.859)		(8.740)	

O Limite de Suporte de Stress (LSS) para risco de mercado é de 30% (trinta por cento) do Patrimônio de Referência (PR). O LSS é gerencial e não implica em requerimento de capital regulamentar.

	2018		2017	
Limite de Suporte de Stress (LSS) - Risco de Mercado				
Carteiras	Limite 30% (PR)	Situação	Limite 30% (PR)	Situação
Banking e Trading	532.580	OK	399.090	OK

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

a.3. Risco de Liquidez

O Bancoob aderiu às seguintes políticas: Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez. Tais políticas preveem procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez do Bancoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez prevê:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

- a.1) limite mínimo de liquidez;
- a.2) fluxo de caixa projetado;
- a.3) aplicação de cenários de estresse;
- a.4) definição de planos de contingência.

b) realização de testes de avaliação dos sistemas de controle do risco de liquidez;

c) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

d) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos de identificação de riscos, de curto e longo prazo, considerando os possíveis impactos na liquidez do Conglomerado Bancoob.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez da Instituição. Trimestralmente, são realizadas e testadas simulações em diversos cenários.

Como mecanismo de controle para avaliação da efetividade do plano de contingência, trimestralmente, são testadas as principais medidas com o intuito de avaliar a capacidade de geração de liquidez.

a.4. Risco operacional e risco de imagem

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional do Sicoob, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de riscos operacionais consiste na avaliação quantitativa e qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento.

As perdas operacionais são comunicadas à Gerência de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e aos Conselhos de Administração e Fiscal.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (*RWAopad*) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

O gerenciamento do risco de imagem é realizado através do monitoramento dos canais de comunicação institucionais (Ouvidoria, SAC), do Banco Central do Brasil (Sistema de Registro de Demandas do Cidadão - RDR) e públicos (Reclame Aqui e redes sociais).

A exposição das marcas e os impactos de imagem nas campanhas realizadas pelo Sicoob e Bancoob são permanentemente acompanhados.

O monitoramento do risco de imagem também é avaliado nas materializações dos riscos financeiros e não financeiros, incluindo os possíveis desenquadramentos perante órgãos reguladores.

a.5. Risco socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Sicoob, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a) pessoas autuadas por crime ambiental;
- b) empregadores flagrados explorando trabalhadores na condição análoga a de escravos ou infantil;
- c) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- d) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- e) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

a.6. Risco de conformidade

As diretrizes para gerenciamento do risco de conformidade encontram-se registradas na Política de Conformidade, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O Bancoob possui funcionários dedicados exclusivamente à aplicação da política e dos procedimentos específicos. Atuam também como consultores com a missão de prestar as informações necessárias para que seja efetivamente implementado o processo de conformidade.

a.7. Risco de estratégia

O Bancoob desdobra a sua orientação estratégica de agregar fatores de competitividade às cooperativas do Sicoob, posicionando-se como ente sistêmico gestor de produtos de varejo bancário, nas seguintes plataformas de negócios:

- Pagamentos; crédito; administração de recursos de terceiros; centralização financeira; previdência; seguros; cartões; pré-pago; adquirência; consórcios; crédito habitacional; digitalização; investimentos; câmbio e comércio exterior; e derivativos agropecuários.

Nota 28 - Continuidade de negócios, PLD/FT e gerenciamento de capital

a. Gestão de continuidade de negócios

As diretrizes encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios do Sicoob, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

b. Prevenção à lavagem de dinheiro (PLD/FT)

As diretrizes encontram-se registradas na Política Institucional de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT) tem como objetivo detectar, por meio de informações constantes do Sistema de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e Prevenção e Combate a Fraudes (PLDPCF), comportamentos, situações e operações atípicas.

O processo de PLD/FT compreende as seguintes etapas:

- a) monitoramento;
- b) análise e diligenciamento;
- c) comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf);
- d) emissão de relatórios gerenciais.

c. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital no Bancoob observa as diretrizes contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual o Bancoob aderiu formalmente por decisão do seu Conselho de Administração.

Além de dispor de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos para o horizonte mínimo de três anos, as principais fontes e o plano de contingência, o Bancoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar os riscos relevantes inerentes às suas operações, de forma a manter capital compatível. Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela Auditoria Interna.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontram-se disponíveis no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo das estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

* * *

Relatório do comitê de auditoria

31 de dezembro de 2018

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Introdução

1. O Comitê de Auditoria do Bancoob é órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração, manifestando-se sobre as demonstrações contábeis e a efetividade do sistema de controles internos, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e externa.
2. Além do Banco Cooperativo do Brasil S/A – Bancoob, nos termos estatutários e regimentais, o Comitê de Auditoria atua nas seguintes empresas que compõem o Conglomerado Bancoob: Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Bancoob DTVM, Ponta Administradora de Consórcios Ltda. e Cabal Brasil Ltda.
3. A administração do Bancoob e as administrações das empresas que integram o Conglomerado são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e consistente e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.
4. A Auditoria Interna realiza, de forma independente, trabalhos periódicos em todas as empresas do Conglomerado, de avaliação das ações de gerenciamento de riscos e da adequação e efetividade dos controles internos.
5. A PricewaterhouseCoopers (PwC) é a empresa de auditoria externa contratada para prestar serviços de auditoria das demonstrações contábeis do Bancoob e das empresas que integram o Conglomerado. Cabe à Auditoria Externa:
 - a) opinar sobre a adequação das demonstrações contábeis em relação à posição financeira e patrimonial, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS); e
 - b) avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos, em conexão com os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, inclusive o sistema de gerenciamento de riscos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Atividades

6. O Comitê de Auditoria, no cumprimento das exigências legais e regulamentares:
 - a) promoveu, no exercício de 2018, 12 reuniões ordinárias;
 - b) atuou com independência, sempre fundamentado pelas informações recebidas da administração, dos auditores externos, dos auditores internos, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e controles internos e do Comitê de Riscos, e, ainda, pelas suas próprias convicções decorrentes de observação direta;
 - c) acompanhou o processo de preparação das demonstrações contábeis (IFRS), avaliou os aspectos relevantes, a abrangência, conformidade e clareza das notas explicativas, examinou as práticas contábeis adotadas, os procedimentos utilizados para constituição de provisões e conheceu o teor do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas (IFRS);
 - d) promoveu reuniões com a Diretoria, o Comitê de Riscos e os Conselhos de Administração e Fiscal, acompanhou os trabalhos realizados pelo Comitê de Riscos e, nas situações em que identificou oportunidades de melhoria, sugeriu aprimoramentos à instância competente;
 - e) acompanhou e avaliou os trabalhos de: Auditoria Interna; Auditoria Externa realizada pela empresa PricewaterhouseCoopers; gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental, imagem, conformidade e estratégia; Gestão de Continuidade de Negócios (GCN), Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT), Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e Programa de Testes de Estresse (PTE); e

Relatório do comitê de auditoria

31 de dezembro de 2018

- f) apresentou recomendações à administração, as quais constam das atas das reuniões, todas arquivadas e disponíveis para os órgãos de administração.

Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos

7. Em reuniões realizadas com as áreas responsáveis e por meio da análise das informações e documentos solicitados e disponibilizados pela administração, o Comitê de Auditoria avaliou aspectos relativos ao sistema de controles internos e gerenciamento de riscos do Conglomerado, não tendo sido identificadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a organização.
8. No exercício de 2018 não ocorreram comunicações sobre erros, fraudes ou descumprimento de dispositivos legais ou normativos, por meio dos canais de comunicação disponibilizados aos funcionários.
9. O Comitê de Auditoria considera que o sistema de controles internos e os processos relacionados ao gerenciamento de riscos são adequados ao porte e à complexidade do Bancoob e das empresas integrantes do Conglomerado, havendo esforço contínuo da administração para aprimorar os sistemas, processos e procedimentos.

Auditoria Externa

10. Os auditores externos contratados – PricewaterhouseCoopers – PwC – apresentaram, nas reuniões mensais do Comitê de Auditoria, o resultado de seus trabalhos e aspectos contábeis relevantes, não tendo sido identificadas situações que possam afetar a objetividade e independência da auditoria.
11. O Comitê de Auditoria considera satisfatórios os trabalhos realizados pela Auditoria Externa, que corroboram a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações contábeis consolidadas (IFRS) de 31/12/2018.

Auditoria Interna

12. Em conformidade com o planejamento anual aprovado pelo Conselho de Administração, a Auditoria Interna apresentou, nas reuniões mensais do Comitê de Auditoria, o resultado dos trabalhos realizados, não tendo sido identificados riscos residuais que possam afetar a solidez e continuidade do Bancoob e das empresas integrantes do Conglomerado.
13. O Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna.

Demonstrações Contábeis

14. Foram analisados os procedimentos de preparação dos balancetes e da demonstração da posição financeira consolidada, das notas explicativas e dos relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas (IFRS).
15. O Comitê de Auditoria conclui que as demonstrações contábeis consolidadas (IFRS) de 31/12/2018 foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Conglomerado Bancoob naquela data.

Brasília, 11 de março de 2019.

Rubens Rodrigues Filho
Coordenador

Marcos Vinicius Viana Borges

Rafael Alves Horta

Parecer do conselho fiscal

31 de dezembro de 2018

Parecer do conselho fiscal

O Conselho Fiscal do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após examinar as demonstrações contábeis consolidadas, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), referentes ao exercício findo em 31/12/2018, o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers –, declara que os atos da administração estão representados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações contábeis consolidadas (IFRS) examinadas.

Brasília - DF, 14 de março de 2019.

Fábio Henrique Granja e Barros
Conselheiro Presidente

Marcelo Martins
Conselheiro Secretário

Elmo Meurer
Conselheiro efetivo

Ricardo Ferreira da Silva
Conselheiro efetivo

Valmir Lima Silva
Conselheiro efetivo

Composição dos órgãos de administração

Conselho de Administração

Henrique Castilhano Vilares - Presidente do Conselho
Geraldo Souza Ribeiro Filho - Vice-Presidente do Conselho
Hudson Tabajara Camilli - Conselheiro
Ivo Azevedo de Brito - Conselheiro
Luiz Gonzaga Viana Lage - Conselheiro
Marcelo Baiocchi Carneiro - Conselheiro
Miguel Ferreira de Oliveira - Conselheiro
Neilson Santos Oliveira - Conselheiro
Rui Schneider da Silva - Conselheiro

Diretoria

Marco Aurélio Borges de Almada Abreu - Diretor-presidente
Ênio Meinen - Diretor
Marcos Vinicius Viana Borges - Diretor
Ricardo Simone Pereira - Diretor
Rubens Rodrigues Filho - Diretor

Contador

Primo João Cracco
CRC-SP 149.703/O-2